

GRÉCIA ANTIGA



1. A Importância do Estudo da Sociedade Grega Antiga

"Desde os primórdios da Antigüidade, a Grécia tem exercido grande fascínio direto ou indireto sobre aqueles que tiveram contato com sua cultura. A arte, a literatura e o pensamento gregos ainda estão ligados à trama da nossa vida, mesmo sem percebermos".¹

"Atualmente a Grécia é um país pobre e de pequena expressão política; entretanto na Antigüidade, era o principal elo de ligação entre os diversos centros de civilização. Pode-se afirmar a importância da Grécia, sobretudo por ser a matriz da cultura ocidental, do pensamento racional que valoriza a razão e o conhecimento como formas de apreensão da realidade.

A Grécia concorreu para a formação da civilização ocidental por meio de três processos distintos, porém combinados: primeiro, as suas próprias contribuições, notadamente nos campos da política, da arte, do pensamento científico e filosófico; segundo, as contribuições das civilizações orientais, das quais a Grécia foi intermediária; e, terceiro, as elaborações e as concepções que embasaram o Renascimento europeu - a base direta de formação da cultura ocidental moderna.

Por isso, estudar a Grécia antiga significa buscar as raízes, embora remotas, da história do Ocidente atual".²

2. Formação do Território da Grécia Antiga

"A Grécia Antiga - chamada de Hélade pelos antigos gregos (daí helenos) - ocupava o sul da Península dos Balcãs, as ilhas dos Mares Egeu e Jônio e o litoral da Ásia Menos. Na Grécia Européia podemos distinguir três regiões: a Grécia Continental, a Grécia Peninsular (Península do Peloponeso) e a Grécia Insular (ilhas do Egeu e Jônio). O norte da Grécia Continental compreendia duas grandes regiões: o Épiro, a oeste, e a Tessália, a leste. Na Grécia Central destacavam-se a Beócia e a Ática (onde se localizava Atenas). Na Grécia Peninsular, Messênia, Lacônia (onde ficava situada Esparta) e Argólida. A Grécia Asiática abrangia três regiões: a Eólia,

a Jônia e a Dórida. Na Grécia Insular sobressaíam-se as Ilhas de Creta, Cícladas, Eubéia, Delos etc.

A Grécia Continental caracteriza-se pela predominância de montanhas, no interior, e pelas costas extremamente recortadas, formando golfos e baías. As planícies ocupam somente um quinto do seu território. O clima da Grécia é do tipo mediterrâneo, temperado e seco no verão, e chuvoso no inverno. Devido à existência de poucos solos férteis, o gado desempenhou desde o início um grande papel na economia: criavam-se porcos, cabras e ovelhas, e, no norte, cavalos. A agricultura era praticada nas encostas das montanhas (videira e oliveira) e nos vales (cereais, principalmente trigo e cevada).

Os gregos puderam encontrar no mar uma saída para sua população excedente: a facilidade proporcionada pelo grande número de golfos, baías e ilhas permitia a navegação de cabotagem. A princípio, chegaram até as ilhas do Egeu e à costa da Ásia Menor, alcançando mais tarde o Mar de Mármara e o Mar Negro, onde se estabeleceram em colônias.

As regiões mais férteis estavam localizadas ao sul, no Peloponeso. Os melhores portos ficavam na Grécia Central (litoral do Egeu).

Na Antigüidade surgiram na Grécia novos centros de civilização, a princípio nas ilhas e depois no continente. Nessa última região, habitada primitivamente pelos lendários pelagos, a partir de 2000 a. C. levas de povos indoeuropeus, em sucessivas migrações, conquistaram os primitivos habitantes com os quais se miscigenaram, estabelecendo os fundamentos de uma cultura neolítica bastante desenvolvida: aqueus, eólios, jônios e, por volta de 1200/1100 a. C., os dórios."³

3. Evolução Histórica da Grécia Antiga

"A História da Grécia Antiga estende-se do século XX ao século IV a. C. e, normalmente, é dividida em cinco períodos:

a) Pré-homérico (século XX-XII a. C.): corresponde a fase de ocupação do território grego pelos indo-europeus e do desenvolvimento das civilizações pré-helênicas;

b) Homérico ou Heroico (século XII - VIII a. C.): Neste período ocorreu o processo de formação, desenvolvimento e desagregação da Ordem Gentílica;

c) Arcaico (século VIII - VI a. C.): verifica-se nesta fase a colonização grega e a formação e evolução das cidades-estados.

d) Período clássico (séculos V - IV a. C.): teve início com o apogeu do mundo helênico após a vitória dos gregos sobre os persas nas guerras médicas e terminou com a decadência da Grécia após a Guerra fraticida do Peloponeso;

e) Período Helenístico (século III e II a. C.): nesta fase as cidades gregas estiveram sob o domínio da Macedônia. Posteriormente os helênicos caíram no domínio romano."

4. O Período Pré-homérico ou de Formação

"Por volta do ano 2000 a. C., a Grécia foi invadida por tribos de pastores nômades, vindas das planícies da Europa oriental. Essas tribos, constituídas por povos indo-europeus, chegaram à Grécia em sucessivas ondas migratórias. Primeiro vieram os aqueus, depois os jônios e os eólios, e, por último, os dórios.

Os aqueus se fixaram na península do Peloponeso, ao sul da Grécia. Conquistaram a cidade de Micenas, fundada pelos cretenses (habitantes da ilha de Creta). Do contato entre Micenas e Creta, desenvolveu-se a civilização creto-micênica. Os cretenses eram bastante desenvolvidos no comércio, na escrita, na arquitetura, na escultura, na pintura, etc. Com o tempo, os aqueus, que souberam apreender os conhecimentos dos cretenses, acabaram por destruir a civilização cretense.

Os jônios e os eólios foram mais pacíficos e conseguiram se integrar à população que encontraram na Grécia. Os dórios, últimos conquistadores da Grécia Antiga, destruíram as cidades e os palácios dos aqueus e aniquilaram a civilização micênica. Com medo dos invasores, os gregos foram obrigados a fugir para outros lugares".⁴

5. O Período Homérico ou Heroico

"A base social da Grécia após o século XII a. C. passou a ser o genos, ou seja, a reunião em um mesmo lar de todos os descendentes de um único antepassado, normalmente um herói ou semideus. O genos, muitas vezes constituído por centenas de pessoas, era comandado por um único chefe. O poder era transmitido do pai para o filho mais velho. Mantinha-se um culto aos antepassados e uma justiça própria, baseada nos costumes. Cada membro, chamado de gens, dependia da unidade familiar, e o grupo, como um todo, gozava de grande autonomia política.

Essa autonomia política era sustentada por uma certa independência econômica. Nessa época, a economia grega se resumia à arte de administrar os bens da casa. A família era auto-suficiente, espécie de organização fechada que pouco necessitava de contatos exteriores.

A propriedade dos bens de produção era centralizada na figura do chefe do genos. O trabalho era coletivo; quem se recusasse a trabalhar era expulso da família. Todas as tarefas eram, por isso, valorizadas e nenhuma considerada humilhante. A produção era distribuída igualmente, o que impedia a diferenciação econômica dos membros do genos. Só se recorria ao trabalho de escravos ou de artesãos em casos excepcionais: quando a família era pouco numerosa ou não dominava determinada técnica de produção.

A economia do genos era basicamente agropastoril. Família rica era família com terra fértil, pois garantia o sustento cotidiano e ainda conseguia armazenar produtos para tempos difíceis. O excedente possibilitava ainda contratar artesãos, comprar escravos e mercadorias de valor, que eram acrescentadas ao tesouro da família. Uma forma de aumentar as riquezas era dedicar-se às guerras, à pirataria e aos saques. Geralmente, eram os mais jovens que se dedicavam a essas atividades.

Apesar de uma distribuição igualitária dos bens produzidos, a organização social do genos perpetuava certa diferenciação, determinada pelo grau de parentesco com o chefe do genos: quanto mais distante o grau de parentesco, menos a importância social.

No plano político, o poder do chefe do genos estava fundamentado no monopólio de fórmulas secretas, que permitiam contato com os ancestrais e os deuses protetores da família.

Transformações nos genos

Com o tempo, o genos começou a encontrar dificuldades para manter sua organização econômica e social. Por causa de técnicas rudimentares, a produção passou a crescer em ritmo menor que o da população. A utilização de terras menos férteis, a especialização das áreas de produção, o uso de mão-de-obra suplementar e a busca de produtos específicos foram alternativas para o problema, mas não conseguiram evitar por muito tempo a diminuição da renda familiar e o surgimento de manifestações de descontentamento.

Outro problema que surgiu foi a tendência do genos em dividir-se em núcleos menores. Ao romper os laços familiares, o genos tornava-se mais frágil. A divisão acontecia em virtude da pressão dos parentes mais distantes por melhores condições de vida e também do descontentamento de alguns com a rotina do genos.

Essas condições somadas levaram à desagregação do genos. Nesse processo, os parentes mais próximos do chefe do genos foram beneficiados e os mais afastados acabaram preteridos. Primeiro foram desmembrados os bens móveis, como gado, escravos, metais, vasos e armas. Depois, o local de moradia: a casa, antes espaçosa para abrigar toda a família, começou a dar lugar a habitações menores. Por fim, começou a ser dividido o bem principal: a terra.

A passagem para uma nova organização esbarrava, no entanto, em alguns limites. Em certas regiões, a terra não podia ser dividida ou repassada para quem não tivesse pertencido ao antigo genos: em diversas propriedades, os membros do genos preservavam o sistema de rodízio da terra.

As conseqüências das mudanças

A desintegração do genos teve conseqüências radicais. Aumentaram, por exemplo, as diferenças sociais. Surgiram grandes proprietários de terras férteis ao lado de pequenos proprietários de terras férteis; e formou-se um grande grupo de indivíduos que perderam a propriedade ou tinham lotes insignificantes, por causa de sucessivas divisões por motivo de

herança. O grupo dos que pouco ou nada possuíam formou uma camada marginal, errante, que vivia de míseros salários e esmolas. A melhor alternativa era dedicar-se a outras atividades que não a agrícola, como a artesanal, o comércio e a pirataria.

No plano político, a desintegração do genos fez o poder do chefe diluir-se entre os parentes mais próximos, os eupátridas (filhos do pai ou os bem-nascidos). Essa elite passou a monopolizar os equipamentos da guerra, a justiça, a religião, enfim, todos os instrumentos do poder. Consolidava-se assim a aristocracia grega, cujo poder seria sustentado pela posse da terra principal fonte de riqueza daquela época".⁵

6. O Período arcaico

6.1. A colonização grega

"O processo de emigração do século VIII a. C., conhecido como Segunda Diáspora grega, marcou o encerramento do período Homérico. Limitado, até então, à Grécia, às ilhas do Egeu e ao litoral da Ásia Menor, o mundo grego, no período Arcaico, estendeu-se para o Oriente e para o Ocidente. Numerosas colônias surgiram nos mares Negro e Mediterrâneo. Os gregos fundaram Bizâncio, no estreito de Bósforo e Odessa, no Ponto Euxino. Ao sul da Itália e na Sicília, denominados Magna Grécia, surgiram Siracusa, Tarente, Nápodos, Síbaris e Crotona. Ao sul da França, apareceram Nice, Mônaco e Marselha. Ao norte de África, foram edificadas Cirene, na Líbia, e Náucratis, no Egito. Na ilha de Chipre foi fundada Nicósia. Essas colônias, cuja economia foi inicialmente agrária, desenvolveram depois com a Grécia um amplo comércio marítimo.

As conseqüências da colonização: a nova classe, a ruína dos camponeses e a crise das cidades-estados

A emigração colonizadora e as novas relações entre a metrópole e suas colônias ocasionaram, na Grécia, grandes transformações. Desenvolveram-se a indústria e a construção naval, o comércio marítimo assumiu dimensões internacionais. Como conseqüência, surgiu na sociedade grega uma rica classe média de artesãos, armadores e comerciantes. Por outro lado, a concorrência dos produtos importados arruinou os pequenos agricultores e concentrou a propriedade da terra nas mãos da aristocracia. Generalizaram-se as hipotecas sobre a terra, a escravidão por dívidas e o desemprego. As cidades-estados foram atingidas por uma grave crise social e política. Dentro delas desencadeou-se a luta entre o povo (demos, em grego) e a aristocracia. A situação de anarquia acarretou o surgimento dos legisladores e tiranos. Os primeiros buscavam a solução da crise através de uma política de reformas; os segundos lideravam insurreições populares e conquistavam o poder pela violência. Nas cidades-estados, onde a vitória coube à nobreza, consolidou-se o regime aristocrático. Naquelas em que o demos foi vitorioso, as reformas conduziram ao regime democrático.⁶

6.2. A Formação da Pólis

"A cidade-Estado, não foi inventada pelos gregos. Muito antes, as sociedades da Mesopotâmia e os fenícios já se haviam organizado politicamente em cidades-Estados. *Pólis é a palavra grega que traduzimos por cidade-Estado. É má tradução, porque a pólis comum não se assemelhava muito a uma cidade e era muito mais do que um Estado.* (KITTO, H. D. F., *Os Gregos. Armênio Amado*, Editor, Sucessor, pág. 103).

O Estado, entre os gregos, surgiu no final da Época Homérica ou Idade das Trevas, e no início da chamada Época Arcaica. Como vimos, à gradativa diferenciação da sociedade em classes - fenômeno ocorrido no processo de desintegração da comunidade gentílica -, correspondeu o progressivo distanciamento do poder político, que tendeu a se concentrar nas mãos da aristocracia de nascimento e a se separar da maioria da sociedade, opondo-se a ela. Ao mesmo tempo, as comunidades (ligadas pelo parentesco) passaram a se unir sob o princípio da territorialidade ou da vizinhança. Essas comunidades de vizinhança, pouco a pouco, tenderam a se unir, formando a cidade (pólis), com governo próprio, em um processo denominado sinecismo (agrupamento). "As

comunidade que se agrupavam numa cidade-Estado estabeleciam pelo menos uma cidadela comum, mesmo que esta fosse apenas um abrigo no qual os habitantes da planície, com seus rebanhos, manadas e propriedade transportável, podiam se refugiar quando fossem atacados. Mas como o sinecismo também significa o estabelecimento de um governo comum, a cidadela devia ter dentro de seus muros, habitualmente, um centro cívico permanente, com templos para adoração pública e locais de reunião, alguns ao ar livre e outros sob um teto, para realização dos negócios públicos seculares". (TOYNBEE, A. J., Helenismo - História de uma Civilização, Zahar Editores, pág. 44).

Ao que se supõe, as primeiras pólis teriam surgido na Grécia Asiática (costa ocidental da Ásia Menor), para onde emigraram jônios e eólios, expulsos da Grécia Européia pelos invasores dórios. Mediante um processo de sinecismo topográfico e político (a união das filae - conjunto de tribos), capaz de assegurar a defesa, formaram-se cidadelas com governos próprios. Da costa asiática do Egeu, as pólis teriam se espalhado pela Grécia Continental.

O fato que terminou a formação das pólis gregas foi o desenvolvimento das trocas e do artesanato. O aparecimento da escravidão tornou possível a divisão do trabalho em agricultura e artesanato. A separação entre o artesanato e a agricultura, por sua vez, aumentou a necessidade das trocas. Cedo, o volume das trocas não mais comportou restringir-se aos quadros econômicos do genos, caracterizado por uma economia de subsistência. Ao mesmo tempo, como estudaremos no próximo subitem, os gregos lançaram-se ao mar, em busca de colônias fornecedoras de produtos agrícolas e de matérias-primas. Evidentemente, o movimento de colonização aumentou, em quantidade e variedade, o comércio grego. E enquanto crescia o comércio, surgiram na Grécia os núcleos urbanos a que denominados pólis - onde se davam as trocas e o artesanato se desenvolvia rapidamente. Já no século VIII a. C., Hesíodo afirmava que "o ceramista concorre com outro ceramista, e o carpinteiro com outro carpinteiro"(citado por GORDON CHILDE, V., O que aconteceu na História. p. 107). Os artigos de artesanato eram, na sua maior parte, exportados para as colônias espalhadas pelo Mediterrâneo: os vasos fabricados em grande quantidade, a partir do século VII a. C., continham os produtos da agricultura especializada (videira e oliveira). Tanto na agricultura, quanto nas oficinas artesanais, aumentava o emprego de trabalhadores escravos, o que contribuía para aviltar o trabalho livre e, mais tarde, como veremos, impedir a expansão do artesanato, fazendo baixar os salários e restringindo o mercado interno.

Dessa maneira, a comunidade gentílica entrou em um irreversível processo de integração com o aparecimento da cidade grega. A pólis tornou-se o centro da exploração do trabalho dos escravos e dos camponeses pobres, pois abrangia não apenas o núcleo urbano propriamente dito, mas também as terras e os campos vizinhos. A sociedade grega transformou-se em uma sociedade escravista, composta de duas classes antagônicas: de um lado, os grandes proprietários de terras e de escravos; de outro, os escravos, que não possuíam direito. Entre essas duas classes sociais básicas, situavam-se: no campo a classe dos pequenos proprietários, geralmente endividados com a aristocracia fundiária; na cidade, os artesãos livres, ameaçados pelo crescente predomínio do trabalho escravo nas oficinas, os comerciantes e os armadores, fortalecendo-se com o comércio marítimo.

Mas as cidades-Estados gregas não foram apenas marcadas pelos antagonismos internos. Cada uma delas, ciosa de sua soberania, tendia a expandir-se às custas das regiões vizinhas. Esparta, por exemplo, fundada sobre território conquistado pelos dórios, aumentou seus domínios às custas de Messênia, depois de prolongada luta.

Assim, antagonismos internos marcaram a vida das cidades-Estados gregas. O estado permanente de guerra interna na Grécia, que só beneficiava os comerciantes de escravos (lembremo-nos de que os prisioneiros de guerra eram escravizados) devia-se às lutas de classes, pois a escravidão impedia o emprego produtivo da população excedente.

A cidade grega antiga caracterizava-se pela presença de alguns elementos típicos: a Acrópole (acro = alto) era uma colina onde se encontravam a residência do Rei (Basileus) e o templo da divindade local; servia para proteger a cidade, e provavelmente, também seria o lugar de reunião do Conselho. Esta parte alta da cidade já existia antes do período que estamos analisando: era uma espécie de praça-forte, em que as tribos se associavam para cuidar da defesa comum. A partir do desenvolvimento comercial e artesanal, surgiu a parte baixa da cidade, originada da fusão de algumas aldeias (Atenas, por exemplo, resultou da fusão de quatro aldeias), que, juntamente com o centro (Acrópole), vinham a constituir a pólis. As cidades gregas também dispunham, logo

abaixo da Acrópole, de uma Ágora, ou praça do mercado - na verdade, o centro comunal da vida dos habitantes -, usada para reuniões públicas e para as transações comerciais. Nas cidades localizadas no litoral, havia ainda um terceiro elemento: o porto (por exemplo, o Pireu, em Atenas), por onde se fazia importação e exportação de mercadorias.

Além desses elementos típicos, as cidades gregas possuíam teatro, ginásio de esportes e uma fonte que abastecia um reservatório de água.

As cidades gregas eram, em geral, pequenas. Para esse fato, existem uma explicação econômica e, segundo alguns autores, uma geográfica.

É verdade que os territórios de Atenas e Esparta eram excepcionalmente grandes. Mas a maior parte dos habitantes de Atenas vivia fora da "cidadela" - núcleo original -, espalhada nos campos vizinhos. Esparta, formada da reunião de cinco aldeias, não possuía muralhas, nem cidadela. Sua defesa era garantida pelas forças militares conjuntas dessas aldeias.

Entretanto, a regra geral é o tamanho pequeno das póleis. Vimos que na Grécia não havia muitas planícies férteis. Assim, os meios de subsistência eram relativamente escassos para atender ao crescimento da população. Além disso, a concentração da propriedade da terra nas mãos de uns poucos - a aristocracia clanal - limitava mais ainda as possibilidades da existência material de grandes concentrações humanas. Tanto assim que, no século VIII a. C., os gregos enfrentaram "a alternativa de morrer de fome ou exportar o excedente da população para além-mar, com o objetivo de tomar posse, pela força militar, de novas terras cultiváveis" (TOYNBEE, A. J., cit., p.48). Vimos também que, internamente, havia disputas pela conquista de terras entre as cidades-Estados.

Geograficamente, a Grécia é uma região com predominância de montanhas e planaltos, o que dificultava as comunicações terrestres e favorecia o isolamento das diversas regiões, embora esse fator não fosse, de modo algum, determinante: "(...) havia na Grécia muitas póleis vizinhas (...) que permaneceram independentes uma da outra, embora entre elas não existissem barreiras físicas (...) Além disso, foram precisamente as regiões mais montanhosas da Grécia que nunca desenvolveram as póleis, ou pelo menos até uma época tardia (...) A pólis floresceu naquelas partes onde as comunicações eram relativamente fáceis." (KITTO, H. D. F., op. cit., p. 111.)

Além disso, praticamente todas as cidades da Grécia Balcânica produziam os mesmos gêneros alimentícios, o que não incentivava o comércio entre elas, fazendo-as dependerem dos mercados externos. Cada uma das cidades realizava as suas próprias transações, na costa do Egeu ou do Mediterrâneo. Eram centros locais econômicos e politicamente independentes entre si, o que correspondia, no plano ideológico, ao forte sentimento de união tribal - o sinecismo político - a que já nos referimos.

Assim, a pólis grega tem um sentimento diverso da cidade moderna: ela significa muito mais uma comunidade do que qualquer outra coisa. *Muitas famílias formaram a fratria, muitas fratrias a tribo, muitas tribos a cidade. Família, fratria, tribo, cidade são, portanto, sociedades perfeitamente semelhantes e nascidas uma das outras por uma série de federações.* 9FUSTEL DE COULANGES, N., *A Cidade Antiga. Vol. I, Livraria Clássica Editora, p. 196*). As tribos que se agrupavam para formar uma cidade (pólis) não deixavam nunca de ter uma religião. Daí os estrangeiros não serem admitidos como cidadãos da pólis.

Sabemos que todo Estado é uma espécie de associação, e que toda associação se forma tendo por alvo algum bem; porque o homem só trabalha pelo que ele tem em conta de um bem. Todas as sociedades, pois, se propõem algum lucro - sobretudo a mais importante delas, pois que visa a um bem maior, envolvendo todas as demais: o Estado ou sociedade política.

(ARISTÓTELES, La Política. Cia. Editora Espassa-Calpe Argentina, p. 25)

No entanto, se a pólis grega tornou possível melhorar a vida sobretudo das classes dominantes, para os camponeses pobres (assalariados) e os pequenos proprietários a época foi difícil, como testemunhou o poeta Hesíodo (ele próprio pequeno proprietário). No já citado poema Os Trabalhos e os Dias, descreve as difíceis condições de vida dos pequenos agricultores, à mercê dos grandes proprietários e dos usuários, e cada vez mais endividados. Mais tarde, no século IV a. C., o filósofo Platão diria que "em cada cidade, por mais pequena que seja, sempre há duas cidades: a dos

pobres e a dos ricos" (citado por MICHULIM, A. V., op. cit., p. 122). Também as mulheres (de todas as classes sociais) e os escravos foram excluídos do progresso trazido pelo estabelecimento dessa instituição: não eram considerados cidadãos da pólis, ocupando uma posição de inferioridade na sociedade. O estímulo à liberdade individual e à igualdade social, na verdade, só foi desfrutado integralmente por uma parcela reduzida da comunidade: pelos ricos, ou melhor, pelos homens que tinham tempo para dedicar aos negócios públicos. Assim, embora trouxesse um avanço considerável, por proporcionar aos cidadãos um meio social favorável ao aproveitamento de suas habilidades - o progresso econômico, político, artístico e intelectual foi intenso -, *a pólis consolidou a divisão da sociedade em classes antagônicas e, conseqüentemente, a injustiça social*.⁷

6.3. Esparta: A Oligarquia Militar

"Os dórios criaram Esparta, a cidade que se transformou no principal centro dórico do Peloponoso. Esparta era capital da Lacônia, região grega situada ao sul da Península do Peloponoso.

Nos séculos VIII e VII a. C., Esparta travou uma guerra contra sua vizinha, a Messênia, para controlar as férteis terras dessa região, as melhores de todo o Peloponoso. Nessa época, Esparta era rica e estava na vanguarda da civilização grega. Sua cultura era uma síntese das culturas oriental e egípcia. O rígido sistema social espartano, que compreendia três classes sociais nitidamente especializadas e hierarquizadas, já estava definido.

No decorrer do século VII a. C., a sociedade espartana sofreu transformações, tradicionalmente atribuídas a um legislador, Licurgo, personagem mitológico. Possivelmente, o sistema político e social existente em Esparta, entre os séculos VI e IV a. C., tenha sido obra de sucessivas reformas realizadas por vários legisladores.

Sociedade Espartana

A sociedade espartana estava dividida em três classes sociais: os espartanos ou esparciatas (que significa iguais), os periecos ou provincianos e os hilotas.

Os espartanos, ou esparciatas, descendentes dos primitivos invasores dórios, formavam a classe dominante, e seus membros eram os únicos que gozavam de direitos políticos. Eram os cidadãos de Esparta. Para pertencer a essa classe, os indivíduos precisavam ter pais cidadãos, além de ter recebido a educação dispensada pelo Estado. Estavam impedidos de exercer qualquer atividade produtiva.

O militarismo espartano

Para garantir o sustento dessa classe dominante, o Estado distribuía lotes de terras (*kleros*), que eram cultivados por escravos, obrigados a fornecer aos espartanos uma quantidade anual fixa de alimentos. O sustento dos esparciatas, portanto, dependia da conquista militar de terras e povos, os quais eram submetidos à escravidão. A dominação e a servidão de grupos com identidade cultural e étnica facilitava a explosão de revoltas entre os servos. Para reprimi-las, os espartanos desenvolveram forte organização militar, passando a maior parte do tempo em acampamentos militares ou em guerras.

O espartano era, antes de tudo, um soldado, exercitando com rígida disciplina desde a infância. Tornava-se um guerreiro, convivendo com outros companheiros em acampamentos militares, ouvindo exortações sobre a coragem e outras virtudes guerreiras e auto-inflingindo-se punições por faltas cometidas. O cidadão espartano era mantido pelo Estado para o único e supremo propósito da guerra.

As classes sociais

Os periecos, ou provincianos, formavam a camada intermediária, que era composta de homens livres, mas não cidadãos, habitantes das margens menos férteis do Rio Eurotas. Ali se dedicavam

ao pastoreio, à agricultura, ao artesanato e ao comércio. Essas comunidades pagavam tributos aos espartanos e, em caso de guerra, eram convocados para o exército. Tudo leva a crer que eram descendentes das populações aquéias conquistadas pelos dórios.

Os hilotas eram escravos do Estado colocados à disposição dos cidadãos. A maior parte descendia das comunidades pré-helênicas conquistadas pelos dórios. Mais tarde, também foram rebaixados a esta categoria os espartanos que se recusaram a lutar na guerra de Esparta contra a Messênia. Os hilotas viviam em grupos familiares nos lotes de terras que o Estado havia dividido entre os espartanos e deveriam entregar uma renda em produtos ao senhor do lote. Além da agricultura, os hilotas realizavam outras tarefas, como trabalhos domésticos, artesanato, comércio, trabalhos nas minas e oficinas do Estado, funções públicas e policiais. Também atuavam como soldados de infantaria em caso de guerra.

Poder Político

Para defender suas terras, os espartanos desenvolveram um modo de vida profundamente militarista. Por essa razão, a cidade não passava de um acampamento militar, instalado no meio de um mundo agropastoril e longe do mar.

Esparta não era contínua nem possuía edificações esplêndidas, assemelhando-se mais a um grupo de vilas, como era comum no Período Homérico em toda a Grécia. Longe do litoral, não se dedicava ao comércio externo e quase não tinha contato com outros povos que poderiam influenciar em sua cultura. Além disso, a rigidez da mentalidade militarista, extremamente preocupada com a disciplina e a hierarquia, era contrária a qualquer discussão e inovação, dificultando a evolução de suas instituições políticas. Os iguais, os cidadãos fardados de Esparta, sempre negaram a liberdade aos outros habitantes da cidade.

Enquanto todo o mundo grego, desde o Período Arcaico, foi submetido a mudanças revolucionárias que levaram ao surgimento da democracia, Esparta, durante séculos, manteve seu sistema político oligárquico e a rigidez social.

A organização política espartana foi constituída entre os séculos VII e VI a. C. Durante esse período, Esparta era a única cidade grega importante que conservava a Monarquia como forma de governo.

O comando político da cidade cabia a dois reis (diarquia) com poderes limitados apenas em tempo de guerra. Suas atribuições principais eram o comando do exército e as funções sacerdotais. Nos demais assuntos, seu poder era bastante partilhado pela Gerúsia e fiscalizado pelos éforos.

A Gerúsia era um dos mais importantes órgãos políticos de Esparta. Também conhecido como Conselho dos Anciãos, era composto pelos dois reis e por 28 cidadãos maiores de 60 anos, com cargo vitalício. Seu papel preponderante era a condução da política externa, atividade fundamental num Estado militarista. Em tempos de paz, os reis deveriam pedir o consentimento desse órgão em todos os assuntos.

Os éforos eram em cinco, eleitos pela Gerúsia e, durante um ano, tinham a tarefa de zelar pelo respeito às leis, pela educação das crianças e de fiscalizar a vida pública dos cidadãos e a conduta dos reis.

A assembléia popular, da qual participavam todos os cidadãos espartanos, era conhecida por Ápela. Reunia-se uma vez por mês para aprovar ou recusar as propostas da Gerúsia. No sistema de poder espartano, seu papel era secundário.

Como se pode notar, o regime político era oligárquico, visto que apenas uma minoria, os espartanos ou iguais, participavam do poder político.

Esparta era a única cidade-estado grega que possuía um exército permanente. A necessidade de acumular terras e a organização militar levam-na a constantes conquistas.

Após as conquistas da Lacônia e da Messênia, Esparta voltou-se contra os vizinhos Estados de Élide, Arcádia e Argólida. Todos os Estados do Peloponeso ficaram sob a hegemonia de Esparta na chamada Liga do Peloponeso, cuja finalidade era proteger a ordem oligárquica de seus componentes.⁸

A sociedade espartana

Em algumas cidades gregas, existiu um tipo de mão-de-obra que, embora explorada e totalmente submetida aos cidadãos, era um pouco diferente da dos escravos. O caso típico são os hilotas de Esparta.

Ao contrário dos escravos comuns, propriedades de um senhor, os hilotas pertenciam ao Estado espartano, sendo obrigados a trabalhar para seus cidadãos, que se beneficiavam de sua produção e tinham o direito de puni-los severamente. Entretanto, os hilotas estavam vinculados à terra e não podiam ser vendidos. Além disso, podiam formar uma família, o que garantia sua reprodução, e, por vezes, tiveram um papel de destaque no exército espartano. Outra diferença importante: os escravos eram em geral estrangeiros, os hilotas eram gregos.

A origem dos hilotas estava ligada à guerra: quando os espartanos conquistaram as regiões vizinhas da Lacônia e da Messênia, submeteram parte de suas populações e começaram a explorá-la economicamente. Assim, os hilotas eram uma espécie de escravos da comunidade de guerreiros espartanos.

Outras populações vencidas pelos espartanos foram transformadas em uma categoria diferente: os periecos. Eles eram pessoas livres, que moravam em aldeias situadas em zonas afastadas, vivendo da agricultura e, em menos grau, do artesanato e do comércio. Os periecos não participavam da política ao lado dos espartanos, mas é provável que tivessem alguma forma de governo local autônomo nas regiões em que habitavam.

A camada dominante da sociedade espartana era composta pelos *homoioi*, isto é, os "iguais". Eram os verdadeiros cidadãos. Apesar de controlarem as terras (trabalhadas pelos hilotas), os *homoioi* estavam afastados da atividade econômica direta, dedicando-se integralmente à administração da cidade e à guerra. Seus filhos eram preparados para a vida militar desde cedo pela própria cidade, que se encarregava de sua educação a partir dos sete anos (um sistema chamado *agogé*). Depois de um longo percurso, passando por etapas penosas de iniciação e aprendizado, o guerreiro era integrado ao grupo de cidadãos. A partir desse momento, devia contribuir e freqüentar as refeições coletivas diárias, chamadas *syssitia*, que eram uma forma de reforçar o companheirismo entre os cidadãos e garantir a coesão do grupo de guerreiros. Os que não tinham riqueza suficiente não podiam participar desta refeição comum e eram rebaixados socialmente e excluídos da política.

Os espartanos, em combate singular não são inferiores a ninguém; reunidos em tropas, são os mais valentes de todos: estão sujeitos a um soberano: a Lei. [...] Fazem tudo o que ela lhes mandar, e ela ordena sempre a mesma coisa: que não é permitido fugir do campo de batalha, ainda que seja grande a avalanche de inimigos; devem conservar seu posto, e vencer ou morrer.

(Heródoto - História)

Embora estivessem freqüentemente envolvidos em guerras externas, a função principal dos *homoioi* era a de manter a ordem interna, subjugando os hilotas e controlando os periecos. Ao contrário dos escravos, os hilotas muitas vezes se revoltaram em massa, exigindo mais e mais direitos de seus senhores".⁹

A educação em Esparta

[...] Os filhos dos espartanos não tinham por domésticos escravos ou assalariados. Licurgo proibira-o Ninguém tinha permissão para criar e educar o filho a seu gosto. Quando os meninos completavam sete anos, ele próprio os tomava sob sua direção, arregimentava-os em tropas, submetia-os a um regulamento e a um regime comunitário para acostumá-los a brincar e trabalhar juntos. Na chefia, a tropa punha aquele cuja inteligência sobressaía e que se batia com mais arrojo. Este era seguido com os olhos, suas ordens eram ouvidas e punia sem contestação. Assim sendo, a educação era um aprendizado da obediência. Os anciãos vigiavam os jogos das crianças. Não perdiam uma ocasião para suscitar entre eles brigas e rivalidades. Tinham assim meios de escutar, em cada um, as disposições naturais para a audácia e a intrepidez na luta. Ensinavam a ler e escrever apenas o estritamente necessário. O resto da educação visava acostumá-los à obediência, torná-los duros à adversidade e fazê-los vencer no combate. Do mesmo modo, quando

cresciam, eles recebiam um treinamento mais severo: raspavam a cabeça, andavam descalços, brincavam nus a maior parte do tempo. Tais eram seus hábitos. Quando completavam doze anos, não usavam mais camisa. Só recebiam um agasalho por ano. Negligenciavam o asseio, não conheciam mais banhos nem fricções, a não ser em raros dias do ano, quando tinham direito a essas "boas maneiras". Dormiam juntos, agrupados em patrulhas ou tropas, sobre catres que eles próprios fabricavam com juncos que crescem às margens do Eurotas e que quebravam sem faca, com as mãos. [...] Nessa idade encontravam amantes entre jovens de boa família. Então, crescia ainda mais o zelo dos anciãos: assistiam aos seus exercícios, olhavam-nos lutar ou brincar entre si. Não negligenciavam nada, considerando-se, de certa forma, todos para todos, pais, mestres e chefes. Não davam oportunidade nem refúgio ao culpado para escapar à reprovação ou ao castigo. [...] Eles roubam toda a comida possível e adquirem prática para ludibriar quem dorme ou os guardas preguiçosos. Aquele que for apanhado, está sujeito a chicotadas e jejum. Com efeito, sua alimentação é escassa. Obrigam-nos a defenderem-se por si mesmos contra as restrições e recorrer à audácia e à destreza [...]

Plutarco. Vidas. Apud Jaime Pinsky. Op. cit.)¹⁰

6.4. Atenas

Geografia

"A cidade de Atenas desenvolveu-se na região da Ática, uma península localizada no sudeste da Grécia. Ainda que possuísse um solo pouco fértil, a Ática era notável pelos seus portos e pelas riquezas minerais.

Fundação da cidade

Os jônios povoaram a Ática pacificamente, fundindo-se aos povoadores primitivos. Segundo a lenda, a cidade de Atenas teria sido fundada por um processo de unificação da Ática, realizado pelo herói mitológico de nome Teseu. Mas, na verdade, a fundação de Atenas deu-se a partir da desintegração dos genos e do processo de sinecismo, ocorrido ali por volta do século X a. C., e, portanto, bem antes do que no resto da Grécia.

Vida econômica

A agricultura desempenhou importante papel na economia ateniense, tendo como principais culturas a oliveira, a vinha e os cereais. Com desintegração dos genos, estabeleceu-se a propriedade privada da terra, e surgiram os grandes e pequenos proprietários, além dos trabalhadores assalariados e escravos.

Desde o século VIII a. C., Atenas experimentou um grande desenvolvimento comercial que, num primeiro momento, dirigiu-se principalmente para a costa da Ásia Menor e para a região do mar Negro.

À medida que essa atividade comercial crescia, Atenas aumentava sua produção industrial de panos, barcos, objetos de metal e azeite de oliveira.

Uma sociedade de classes

Com a desintegração dos genos e a formação da pólis, assistiu-se a um lento processo de formação de classes sociais em Atenas.

As melhores e maiores terras da região tornaram-se propriedade dos parentes mais próximos dos chefes dos antigos genos, que formavam a classe dominante, a dos eupátridas ("os bem-sucedidos").

Abaixo dos eupátridas, possuindo um parentesco mais distante com os patriarcas dos genos, surgiram os *georghois*, pequenos proprietários de terras de reduzida qualidade.

A última classe de homens livres eram os chamados tetas, que não possuíam terras e viviam do trabalho assalariado.

Na base da estrutura social ateniense, encontravam-se os escravos, que nos primeiros tempos, eram pouco numerosos e, quase sempre, prisioneiros de guerra.

O número de escravos, que era reduzido, tendeu a crescer cada vez mais, transformando Atenas num dos Estados escravistas mais desenvolvidos do mundo antigo.

A primitiva organização política ateniense

Como em tantas outras cidades gregas, Atenas teve, em seus primórdios, reis que cuidavam da administração em termos gerais - os chamados basileus. Existia ainda o polemarco chefiando a vida militar da cidade.

A monarquia teve poderes até o século VIII a. C., quando o governo passou a ser exercido pelo Areópago (assembleia da nobreza) e pelos arcontes, magistrados que passaram a exercer o poder executivo na cidade. A assembleia popular, chamada *Ecclesia*, tinha, então, reduzido poderes.

Mudanças causadas pela segunda diáspora

A partir do século VIII a. C., principalmente por causa do crescimento populacional e da falta de terras, os atenienses, assim como os gregos de outras cidades, iniciaram sua dispersão pelas diversas partes do Mediterrâneo. As diversas colônias então fundadas no Oriente e no Ocidente alcançaram grande progresso.

Para a Grécia, a expansão trouxe uma série de mudanças e de problemas. Na economia, generalizou-se a importação de cereais das colônias, que eram mais baratos do que os produzidos na mãe pátria. Ainda na Grécia, expandiu-se o cultivo da vinha e da oliveira, cuja produção exigia grandes investimentos de tempo e capital. Ao mesmo tempo, desenvolveram-se como nunca as práticas comerciais e usurárias.

Para os pequenos proprietários *georghois*, a nova situação econômica era extremamente desastrosa, uma vez que não podiam agüentar a concorrência dos cereais vindos do exterior. Além disso, o cultivo da vinha e da oliveira era difícil por exigir um longo tempo e grandes aplicações de capital. Diante dessas dificuldades, os *georghois* começaram a cair num processo de endividamento crescente, que geralmente terminava pela perda de suas propriedades e mesmo de sua condição de homens livres, pois a escravidão por dívidas era lei.

A partir do século VIII a. C., a estrutura social de Atenas também começou a apresentar mudanças, com o aparecimento de uma nova camada social: os demiurgos.

Geralmente descendentes das camadas populares, os demiurgos eram os novos ricos da Diáspora. Eram elementos que haviam acumulado grandes fortunas no comércio e na manufatura, mas apresentavam-se inferiorizados do ponto de vista social e político. Desejando, principalmente, participar do poder político, que era monopolizado pelos eupátridas, os demiurgos em determinados momentos fizeram alianças com as camadas populares (*georghois* e tetas), visando a quebrar o poder da aristocracia.

Lutas sociais e políticas no período arcaico

Durante os séculos VII e VI a. C., Atenas viveu o chamado período arcaico de sua história, marcado por intensas lutas sociais e políticas, que tiveram como resultado a implantação do regime democrático no século V.

As lutas do período arcaico levaram à união das camadas populares e dos demiurgos, constituindo o chamado demos (povo), que fazia oposição ao partido aristocrata. Mas, em determinados momentos, defendendo apenas seus interesses, os demiurgos abandonaram o demos ou mesmo se voltaram contra ele.

Leis de Drácon

As intensas agitações do Partido Democrático, durante o século VII a. C., conduziram os aristocratas a uma primeira e grande reação: a elaboração de um código de leis, criado pelo legislador Drácon, em 621 a. C. As leis draconianas representaram um progresso na medida em que eram escritas e não ficavam na dependência da vontade dos eupátridas, que, até então, administravam a lei seguindo uma tradição oral. No entanto, a severidade parece ter sido a característica mais importante do código draconiano. A pena de morte era amplamente utilizada: qualquer pessoa podia ser executada pelo roubo de um pedaço de pão. Com essas leis, a aristocracia pretendia liquidar a revolta do demos, mas a agitação continuou cada vez mais forte.

Reformas de Sólon

O fortalecimento crescente das forças populares e a continuação das agitações levaram ao cargo de primeiro-arconte a figura de Sólon, no ano de 594 a. C.

Seguiu-se então um período de reformas econômicas, sociais e políticas. Estabeleceu-se o fim da escravidão por dívidas, a limitação da quantidade de terras que cada cidadão podia possuir e a devolução de propriedades perdidas por hipoteca. A sociedade ateniense foi dividida de forma censitária, isto é, o lugar que as pessoas ocupavam na estrutura social passou a depender de sua riqueza, do pagamento de impostos, e não do seu nascimento. Foi organizado um tribunal supremo, a chamada Hiléia, para a qual qualquer cidadão podia ser eleito juiz. Surgiu também o Conselho dos Quatrocentos, chamado de *Bulé*, que, composto por cem elementos de uma das quatro tribos da Ática, preparava as leis a serem votadas pela assembleia (Eclesia).

As reformas de Sólon foram julgadas demasiadamente avançadas pelos eupátridas, ao passo que para o povo eram demasiado comedidas. E, assim, as lutas entre os dois partidos prosseguiram.

A tirania

A continuação das lutas políticas fez surgir no meio do demos chefes populares chamados tiranos. Para os gregos, no início, a palavra tirano designava um grande líder, campeão das causas do povo. Mais tarde, o termo passou a ser sinônimo de governante impopular e contrário aos interesses do povo.

O grande tirano de Atenas foi Pisístrato, que governou a cidade durante dezenove anos, com algumas interrupções, a partir de 560 a. C. Apoiado pelo povo, Pisístrato tomou o poder por meio de um golpe. Seu governo fez uma reforma agrária, confiscando e distribuindo terras dos aristocratas. Foram concedidos empréstimos aos pequenos proprietários rurais e realizadas obras como templos, portos e canais. O comércio foi largamente incentivado, atingindo seu maior desenvolvimento até então.

Governo de Hípias e Hiparco

Pisístrato foi sucedido no cargo de tirano por seus filhos Hípias e Hiparco. Principalmente depois do assassinato de Hiparco, Hípias realizou um governo extremamente opressivo, sem preocupação de servir o povo. Conseguiu arregimentar contra si as diversas classes da cidade e acabou sendo derrubado pelo povo e pelos aristocratas, ajudados pelos espartanos, em 510 ac. C.

Com a queda de Hípias, os eupátridas, com o auxílio dos espartanos, tentaram assumir o poder, mas foram derrotados pelo Partido Popular, chefiado por Clístenes.

Reformas de Clístenes

Entre os anos de 508 e 502 a. C., surgiu em Atenas a democracia, criada a partir das reformas de Clístenes, um aristocrata pertencente ao Partido Popular.

Foi realizada uma nova divisão da cidade. As tribos, que na época de Sólon eram quatro, passaram a ser dez, sendo formadas pelos demos, que eram grupos de cidadãos de várias regiões e classes sociais. Cada tribo era responsável pela organização de uma unidade militar comandada

por um chefe denominado estrategista; além disso, fornecia, através de sorteio, 50 elementos para a Bulé, que passou de 400 a 500 membros.

O novo Conselho dos Quinhentos passou a ser o órgão mais importante do governo, uma vez que elaborava os projetos de lei e controlava a administração.

A assembléia popular (*Eclesia*) discutia, podendo aceitar ou não, leis e medidas sugeridas pelo Conselho dos Quinhentos. Examinava as contas dos magistrados e decidia sobre as declarações de guerra. A *Heliéia* passou a ser constituída por doze tribunais, nos quais 6000 cidadãos, revezando-se, exerciam função de juizes.

O poder executivo passou a ser exercido por um grupo de estrategistas, escolhidos por um ano pela assembléia.

Um dos objetivos básicos das reformas de Clístenes era dar ampla participação aos mais diversos cidadãos na vida político-administrativa da cidade. Qualquer cidadão do sexo masculino, em idade adulta, podia ser sorteado para participar do Conselho e da assembléia e para exercer os cargos executivos. Na Atenas da época de Clístenes, a população era de 400 000 habitantes e o número de cidadãos chegava a 40 000; o restante - mulheres, crianças, estrangeiros (metecos) e escravos - estava excluído de qualquer participação política.

As reformas de Clístenes criaram outra instituição na cidade de Atenas, o ostracismo, que era uma forma de defender a democracia. Quando um cidadão qualquer era acusado de pôr em perigo as instituições democráticas, podia ser exilado por dez anos. Esse exílio devia ser votado pelos cidadãos. Para isso, utilizavam pedaços de cerâmica, os chamados *ótrakon*, que deram origem ao termo ostracismo.

As reformas democráticas proporcionaram a Atenas um prolongado período de paz e de coesão social e política. Essa situação permitiu aos atenienses travar, no século IV a. C., uma longa luta contra a expansão do imperialismo dos persas, conhecidos pelos gregos como medos".¹¹

A democracia ateniense

"No mundo moderno, democracia significa basicamente um regime político em que as pessoas escolhem os seus governantes pelo voto. Os países são considerados democráticos quando garantem as liberdades dos cidadãos e não oprimem os indivíduos e os grupos sociais por meio de atos autoritários. No entanto, o papel do cidadão limita-se, na prática, à eleição de um corpo de políticos, que exercem, de fato, o poder.

Os gregos antigos tinham uma idéia muito diferente de democracia. Em primeiro lugar, quase não havia eleições. Isso só ocorria excepcionalmente, como na escolha de um comandante militar. Logicamente, o funcionamento da cidade dependia do preenchimento de vários cargos (por exemplo, os juizes que julgavam os crimes ou os membros do Conselho dos 500), mas a regra era o sorteio: os gregos acreditavam que sendo todos cidadãos aptos à participação política, todos podiam e deviam ocupar as magistraturas. Assim, os cidadãos exerciam os cargos públicos por um período curto, um ou dois anos, e cediam lugar a outros, escolhidos por novo sorteio.

Em Atenas, como nas demais cidades democráticas, não havia propriamente um Estado composto por governantes e funcionários. Cada decisão importante era tomada pelo conjunto dos cidadãos que participava da Assembléia (*ecclesia*), que se reunia na *Pnyx*. Nesse espaço aberto, os atenienses discutiam seus problemas coletivos e decidiam como administrar a pólis: em que aplicar o dinheiro, com quem guerrear ou fazer alianças, quais obras construir etc.:

Pelo fato de o Estado, entre nós, ser administrado pelo povo e não por uma minoria, nosso regime tomou o nome de democracia. No que diz respeito às divergências particulares, a igualdade é assegurada a todos pelas leis, mas no que se refere à vida pública, cada um obtém reconhecimento em virtude de seu mérito, e a classe a que pertence importa menos que seu valor pessoal. Enfim, ninguém se constrange pela pobreza ou pela obscuridade de sua condição pessoal, se puder prestar serviços à cidade.

(Discurso de Péricles: Tucídides - História da Guerra do Peloponeso)

A democracia exigia uma participação ativa de seus cidadãos. Era uma militância, que implicava disposição constante e a possibilidade de afastar-se de negócios privados para dedicar-se à política. A democracia ateniense só foi possível porque havia uma forte consciência coletiva, ao menos em grande parte dos cidadãos, de que a melhor forma de governar o destino da cidade seria por intermédio de um sistema em que o poder repousasse na maioria e não nas mãos de um rei ou de um tirano. No entanto, a democracia não agradava a todos os atenienses: justamente porque permitia a participação política de todos os cidadãos, sofria fortes ataques dos aristocratas:

Em todas as nações, as melhores pessoas são contrárias à democracia. Pois, nos estados aristocráticos, o excesso e a injustiça são mínimos, enquanto a disciplina é altamente prezada. A grosseria, a desordem e a malandragem, porém, atingem seu cume num governo popular.

[...] O povo comum não deseja uma cidade com boas leis, na qual eles seriam escravos, mas desejam ser livres e governar.

(Pseudo-Xenofonte - A constituição de Atenas)

A democracia implicava igualdade de direitos políticos entre os cidadãos. Isso não incluía as mulheres, os escravos ou os estrangeiros residentes na cidade.

Entre os atenienses, a idéia de democracia não significava, em geral, a igualdade social ou econômica. Ao contrário, o sistema político garantia as condições institucionais e as normas legais para que todo cidadão tomasse parte da vida cívica, porém, ao mesmo tempo, permitia grandes diferenças de riqueza e de prestígio social. A originalidade do modelo ateniense reside no fato de que essas diferenças tiveram pouca importância no jogo político da cidade".¹²

7. O Período Clássico

7.1. As Guerras Médicas (492-449 a. C.)

"Enquanto Atenas fortalecia sua estrutura democrática, os persas, que já eram senhores de grandes domínios no Oriente, avançaram em direção ao oeste. Sob o comando do imperador Dario I, chegaram à Ásia Menor, onde atacaram Mileto, Éfeso e as ilhas de Samos e Lesbos. Após algum tempo de submissão, essas regiões rebelaram-se, e Atenas enviou navios e tropas em seu auxílio. Entretanto, esses esforços foram insuficientes, permitindo que os persas destruíssem Mileto e iniciassem seu avanço sobre a Grécia. Era o início das Guerras Médicas.

A primeira expedição enviada por Dario I foi desbaratada em Maratona (490 a. C.), numa batalha em que os gregos, apesar da inferioridade numérica acabaram vitoriosos. Nos anos seguintes, Atenas reforçou sua marinha e as cidades gregas puderam preparar-se para enfrentar os novos ataques persas. Entretanto, quando Xerxes, sucessor de Dario, deu início à segunda investida contra o território grego, esteve muito próximo de estender seu domínio sobre toda a Grécia. Após derrotar um exército espartano comandado por Leônidas, no desfiladeiro das Termópilas, chegou a invadir e incendiar Atenas. Todavia, os persas acabaram por ver malograr seus intentos com a derrota na batalha naval de Salamina. Sem suprimentos ou reforços, o exército de Xerxes recuou para a Ásia Menor e foi derrotado na batalha de Platéia (479 a. C.) por forças atenienses e espartanas, sob o comando de Pausânias e Aristides. A luta com os persas, porém não estava encerrada.

Termópilas e Salamina

Em Termópilas, o rei espartano Leônidas dispôs uns 5mil homens, entre eles 300 espartanos, para barrar a passagem persa pelo desfiladeiro em direção à Grécia central e do sul. Depois de dias em luta, as tropas gregas acabaram cercadas por dezenas de milhares de inimigos. Conta-se que Xerxes mandou, então, um mensageiro determinado que depusessem as armas e exigindo a rendição de Leônidas, que, de pronto, respondeu para que Xerxes viesse tomá-las e vencê-lo.

Depois, frente a afirmativa de que os persas soltariam tantas flechas que o sol ficaria encoberto, Leônidas retrucou com a resposta: "Melhor, assim lutaremos na sombra!". Foi destruído pelos persas.

Em Salamina, o ateniense Temístocles contando com poucas e pequenas embarcações, frente aos grandes e numerosos navios fenícios usados pelos persas, atraiu-os para a baía de Salamina. Quando a maré baixou o suficiente, encalhando a maioria dos navios persas, como esperava Temístocles, os gregos puseram em movimento seus barcos que incendiaram a frota persa, destruindo-a.

Em meio à guerra, forjou-se a união militar das pólis gregas, denominada Confederação de Delos. Cada cidade-estado deveria contribuir com navios ou dinheiro, a serem depositados na ilha de Delos. Quase todos os Estados gregos do mar Egeu aliaram-se, comandados por Atenas, que tomou definitivamente a ofensiva contra os persas libertando algumas províncias da Ásia Menor e vencendo a decisiva batalha do rio Eurimedon, em 468 a. C.

Finalmente, em 449 a. C., foi assinada a Paz de Calias ou Paz de Címon, pela qual os persas comprometiam-se a abandonar o mar Egeu. O Mediterrâneo oriental ficava, assim aberto à frota ateniense, que, sem rivais, pôde expandir o comércio e o poderio da cidade, que se encontrava em seu período de maior prosperidade. Paralelamente a isso, as cidades gregas estavam militarmente fortalecidas".¹³

7.2. O Governo de Péricles: o apogeu da democracia escravista

"Na época que estamos abordando, a vida política de Atenas girava em torno de dois partidos: o agrário ou aristocrático e o marítimo, democrático ou popular.

No início das Guerras Greco-Pérsicas, o partido aristocrático, momentaneamente, dominou em Atenas, através do governo de Milcíades.

Em seguida, Aristides e Temístocles, representando, respectivamente, os interesses agrários e aristocráticos, favoráveis a Esparta, e os interesses marítimos e mercantis, rivalizaram politicamente, sendo o primeiro deles ostracizado. A propósito, o ostracismo, nessa época, foi uma importante arma política, de que todos os governantes do período lançaram mão para afastar de Atenas adversários políticos perigosos. O governo de Temístocles, apoiado em bases populares, transformou o Pireu no mais importante porto do Mar Egeu e adotou Atenas de poderosa esquadra, a mesma que derrotou os persas em Salamina.

Foi sucedido no poder por Címon, aristocrata, cuja administração foi marcada pelas relações amistosas com o governo oligárquico de Esparta. Címon era favorável à dualidade de poder na Grécia, isto é, ao domínio de Esparta em terra e ao de Atenas no mar. A inviabilidade dessa política evidenciou-se nos crescentes atritos entre Atenas e Esparta. Durante o governo de Címon, os persas foram repelidos do Mar Egeu.

Feita a Trégua dos Trinta Anos com os espartanos, os democratas atenienses, já sob o governo do Estratega Péricles, levaram a Democracia escravista ao seu ponto máximo de expansão.

Péricles assumiu o poder após o assassinato de Efíaltes, democrata, que sucedera a Címon ao ser este deposto do governo de Atenas (461 a. C.). Os anos em que Péricles governou (461-431 a. C.) foram de grande prosperidade econômica e progresso cultural para Atenas, tanto que o século V a. C., é conhecido como o Século de Ouro ou Século de Péricles.

Péricles representava os interesses de amplas camadas de vinha e oliveira, cujos produtos destinavam-se ao comércio externo. Como líder do partido democrático ou popular, procurou realizar uma política que atendesse às reivindicações das camadas mais populares da sociedade. Nesse sentido, foi empreendida uma série de reformas que, não alteraram o caráter de classe da sociedade: a Democracia escravista saiu fortalecida. Essas reformas foram progressistas, na medida que concederam maior espaço de ação política às camadas populares.

Durante seu governo instituiu-se a *mistoforia*, ou seja, a remuneração pelo desempenho de cargos públicos; além disso, soldados e marinheiros passaram a receber salários. Com vistas a assegurar a participação democrática de todos os cidadãos na vida pública, todos os funcionários (magistrados e outros), à exceção dos Estrategas, eram escolhidos por sorteio.

O Areópago foi privado de funções, distribuídas pelos tribunais populares. Pela primeira vez, os Zeugitas foram admitidos ao Arcontado, fato que pouco significava, pois o governo estava, na realidade, nas mãos dos *Estrategas*, entre os quais se sobressaía Péricles. No dizer do historiador

Tucídides, "a Democracia subsistia nominalmente, mas, de fato, a Assembléia Popular (*Eclésia*) adquiriu amplos poderes. Deliberava sobre todas as questões importantes propostas pela *Bulé*. Cabiavam-lhe as funções legislativas e executivas, além da fiscalização dos magistrados.

Com o objetivo de reduzir as pressões sociais, através do aumento da oferta de empregos, empreendeu-se uma política de grandes construções públicas. Data dessa época a construção do Partenon, magnífico templo dedicado à deusa Palas Atena. Os trabalhos públicos - ampliação do porto do Pireu, construção de templos e de edifícios públicos (como o *Odeon*, para audições musicais) - empregavam grande número de artistas, construtores, artesãos pedreiros e outros trabalhadores assalariados.

Os espetáculos artísticos e as diversões públicas foram incrementados. Inúmeras peças teatrais foram escritas e encenadas no período. Os cidadãos recebiam uma soma em dinheiro, o *teóricon*, para poderem assistir aos espetáculos teatrais. As Letras e as Artes (destacando-se a Escultura) também tiveram condições favoráveis, tanto materiais quanto de liberdade de expressão, para se desenvolver.

A fim de reduzir as despesas do Estado, o governo restringiu o direito de cidadãos: somente os filhos de pai e mãe atenienses seriam considerados cidadãos. As mulheres, os metecos (estrangeiros) e os escravos continuaram desprovidos de quaisquer direitos políticos.

A prosperidade econômica da Democracia ateniense estava baseada no trabalho dos escravos, utilizados principalmente na extração da prata dos Montes Láurion e nas oficinas artesanais, nos serviços domésticos e, uns poucos, na agricultura. Além disso, serviam como mercadoria no comércio de Atenas com o Mundo Grego. Se para os cidadãos havia profundo respeito pela liberdade individual - dentro dos limites impostos pela lei -, para a imensa massa escrava, que constituía a maioria da população da Ática, não existia qualquer respeito às liberdades e direitos humanos. Alguns ideólogos da época procuraram até justificar a escravidão.

(...) As propriedades são uma reunião de instrumentos e o escravo é uma propriedade instrumental animada (...) Se cada instrumento pudesse executar por si próprio a vontade e o pensamento do dono (...) os senhores não teriam necessidade de escravo (...)

Todos aqueles que nada têm de melhor para nos oferecer que o uso do seu corpo e dos seus membros são condenados pela Natureza à escravidão. É melhor para eles servir que serem abandonados a si próprios. Numa palavra, é naturalmente escravo quem tem tão pouca alma e tão poucos meios que deve resolver-se a depender de outrem (...) o uso dos escravos e dos animais é aproximadamente o mesmo (...).

(ARISTÓTELES, op. cit., p. 30 e 32).

Assim como o fizeram Aristóteles e Péricles nos seus discursos, muitos historiadores idealizaram a Democracia ateniense. Os justos princípios democráticos aplicavam-se apenas a uma parcela da população da Ática - aos cidadãos -, enquanto que à massa escrava, a quem cabia o maior mérito pelo progresso material de Atenas, não cabia qualquer parcela dessa riqueza, nem quaisquer direitos civis ou políticos.

Nossa constituição política não segue as leis de outras cidades, antes lhes serve de exemplo. Nosso governo se chama Democracia, porque a administração serve aos interesses da maioria e não de uma minoria.

De acordo com nossas leis somos todos iguais no que se refere aos negócios privados. Quanto à participação na vida pública, porém, cada qual obtém a consideração de acordo com seus méritos e mais importante é o valor pessoal que a classe à que se pertence; isto quer dizer que ninguém sente o obstáculo de sua pobreza ou da condição social inferior quando seu valor o capacite a prestar serviços à cidade (...)

Por estas razões e muitas mais ainda, nossa cidade é digna de admiração.

(Trechos do Discurso de Péricles. Citado por MOREIRA, A. e outros, Legado Político do OCIDENTE (O Homem e o Estado), Difel, p. 28 e 29).

Quanto à política externa, Atenas nesse período se caracterizou por diretrizes expansionistas, às custas de importantes cidades gregas, como Egina, obrigando-as a pagar tributos. No curso desse movimento de expansão, entrou em choque com Esparta, sua rival política e ideológica; apesar da "Trégua dos Trinta Anos", estes choques resultaram em um conflito de grandes proporções, colocou as cidades gregas em dois campos opostos: a Guerra do Peloponeso.

7.3. A Guerra do Peloponeso (431-404 a. C.)

Nessa época, agravaram-se as rivalidades econômicas, políticas e militares entre Atenas e Esparta. Atenas comandava a Liga de Delos e Esparta liderava a Liga do Peloponeso, outra aliança de cidades gregas. Atenas, democrática e imperialista, baseava sua força num imenso poderio naval. Esparta, conservadora e militarista, apoiava-se no mais organizado exército grego.

A guerra do Peloponeso: o conflito entre Atenas e Esparta e a decadência da Grécia clássica

Em 431 a. C., o confronto entre Atenas e Esparta, com culturas e governos antagônicos, desencadeou a guerra do Peloponeso. O conflito marítimo-comercial entre Atenas e Corinto, cidade aliada de Esparta na Liga do Peloponeso, foi a causa imediata dessa guerra. A existência de um equilíbrio de forças entre Atenas e Esparta prolongou a luta até 404 a. C. e devastou internamente a Grécia. Nesse ano, após a destruição de sua esquadra na batalha de Egospótamos, Atenas foi vencida por Esparta. A derrota foi seguida da dissolução da Liga de Delos e do Império Ateniense. Atenas perdeu sua frota e suas possessões marítimas; sua democracia foi substituída por um regime oligárquico: o Governo dos 30 Tiranos. As principais consequências da Guerra do Peloponeso foram a substituição da supremacia ateniense pela espartana e o início da decadência da Grécia clássica.

A guerra entre Tebas e Esparta, a invasão macedônica e o fim da independência grega

Atenas exerceu sua supremacia numa época em que a Grécia, vitoriosa nas Guerras Médicas, atingira o apogeu de seu desenvolvimento econômico, político e cultural. Esparta impôs sua supremacia numa fase em que a Grécia, destruída pela Guerra do Peloponeso, estava econômica, política e culturalmente arruinada. A política de Esparta, que procurou instalar nas cidades gregas governos oligárquicos, acabou provocando a guerra com Tebas. Em 371 a. C., o general tebano Epaminondas venceu Esparta na batalha de Leutras. A supremacia de Esparta cedeu lugar à de Tebas sobre a Grécia. Nessa época, surgia ao norte da Grécia uma nova potência: a Macedônica. Enquanto as lutas internas enfraqueciam a Grécia, o Império Macedônico, fundado por Filipe II, se fortalecia através de uma política expansionista. Uma nova luta entre as cidades-estados forneceu a Filipe II o pretexto para a intervenção na Grécia. Em 338 a. C., as tropas macedônicas venceram as cidades-estados gregas na batalha de Queroneia, assinalando o início da supremacia da Macedônica sobre a Grécia".¹⁴

8. Período Helenístico: o domínio macedônico

"Após tantos anos de penosas guerras, as cidades gregas estavam esgotadas, fracas e empobrecidas. Aproveitando-se da decadência e da desunião que contaminava a Grécia, Filipe, rei da Macedônica (região situada ao norte da Grécia), preparou um poderoso exército e partiu para a conquista do solo grego.

A Batalha de Queroneia, em 338 a. C., representou o marco decisivo da vitória dos exércitos macedônicos sobre os gregos. Dois anos depois, Filipe foi assassinado, sucedendo-o no trono seu filho Alexandre.

Dando continuidade à política expansionista de Filipe, Alexandre sufocou definitivamente as

revoltas nas cidades gregas, impondo-lhes seu domínio. Incansável, partiu com um exército de mais de 40 mil homens em direção ao Oriente, obtendo fulminantes vitórias na Ásia Menor, no Egito, na Mesopotâmia, na Pérsia e em regiões da Índia (até o vale do rio Indo). Em dez anos de lutas, Alexandre Magno transformou o Império Macedônio em um dos maiores da Antigüidade.

No ano de 323 a. C., Alexandre morreu na Babilônia, e o comando de seu império foi, então, partilhado entre seus principais generais: Seleuco, Ptolomeu e Antígono. O Império Macedônio não conseguiu preservar a unidade. Com o tempo, os generais acabaram assumindo o título de rei das regiões sob seu comando e passaram a disputar outras áreas do antigo Império Macedônio. Posteriormente, a maioria dos territórios acabou sendo dominada pelos romanos".¹⁵

9. A Cultura Grega

9.1. A Religião Grega - O humano e o divino na religião

"A religião estava presente na maior parte das atividades desempenhadas pelos gregos antigos ao longo da vida. Para eles, as divindades podiam ser encontradas tanto nas alturas do céu quanto nas profundezas da terra e do oceano; elas estavam presentes nos rios e nas grutas, nos ventos, nas fontes e nas florestas.

Alguns deuses representavam forças da natureza; outros eram protetores da humanidade ou simbolizavam as paixões e os sentimentos dos homens. Assim como os seres humanos, os deuses gregos tinham defeitos e virtudes: sentiam ciúme, estavam sujeitos a acessos de ódio, podiam ser vingativos, mas eram também capazes dos maiores esforços para beneficiar as pessoas que os adoravam.

Procuraremos mostrar neste capítulo como os gregos encaravam seus deuses, como demonstravam sua devoção nos pequenos templos e nos grandes santuários, tomando parte nos grandes jogos religiosos ou procurando, com as respostas dos oráculos, resolver os seus problemas e conhecer os caminhos do futuro.

Os deuses gregos - homens ampliados

Os primeiros habitantes da Grécia adoravam deuses que protegiam as colheitas e representavam a fertilidade da terra, contribuindo para a germinação das sementes e o crescimento das plantas. Os invasores aqueus, eólios, jônios e dórios que chegaram mais tarde à região tinham deuses diferentes, que viviam no céu ou no alto das montanhas.

Com o passar dos séculos, as duas tradições religiosas se misturaram, e a religião grega passou a ter deuses celestes. Foi também influenciada pelas religiões dos micênios, dos cretenses e das antigas civilizações orientais dos fenícios, dos egípcios e dos mesopotâmios.

Acreditavam os gregos que a maioria de seus deuses morava no alto do monte Olimpo, o mais elevado da Grécia. Apenas poucos deles viviam em outros lugares, como Poseidon, que habitava no fundo do mar, e Hefesto, que ficava nas profundezas da terra. Na verdade, eles consideravam seus deuses homens ampliados. O filósofo Aristóteles, para demonstrar a fragilidade da religião grega, afirmava: *O homem fez os deuses à sua semelhança e lhes deu seus costumes.*

Além dos deuses, eram adorados também os semideuses ou heróis. Os heróis apresentavam qualidades superiores às dos homens comuns. Hércules, o maior deles, por exemplo, tinha uma força sobrenatural; Aquiles era invulnerável, e Orfeu, cantor que teria vivido antes da época de Homero, tinha voz tão melodiosa que conseguiu comover até mesmo o deus Hades. Os heróis gregos foram provavelmente deuses menos importantes ou seres humanos cujas façanhas foram aumentadas até o exagero, com o passar do tempo. Os heróis somente eram diferentes dos deuses, que eram imortais, porque podiam morrer.

Para manifestar sua devoção aos deuses, os gregos faziam orações, apresentavam-lhes oferendas e realizavam sacrifícios.

As orações eram feitas com todo o respeito. Quando se dirigiam aos deuses celestes, os gregos oravam em pé, com os braços levantados; se rezavam para os deuses subterrâneos, costumavam manter os braços abaixados. Acreditavam que os pedidos feitos às divindades por meio de orações tinham de ser atendidas, desde que fossem apresentados de modo adequado.

As oferendas acompanhavam sempre as orações, e eram presentes oferecidos em troca de favores pedidos por meio de preces. As oferendas mais comuns que os gregos apresentavam a seus deuses eram bolos, cereais, frutas, leite, mel, vinho, perfumes e ramos de flores. Nos grandes templos e santuários as oferendas enviadas pelas cidades eram tantas que ficavam guardadas em edifícios separados - os chamados "tesouros" - construídos especialmente para armazená-las.

Os sacrifícios, formas refinadas de oferendas, tinham de obedecer a regras especiais. Os animais que deviam ser sacrificados eram presos a anéis de metal encravados na parte frontal dos altares. Depois de mortos, tinham suas entranhas examinadas, para saber se os deuses aceitavam ou não a homenagem oferecida. Em seguida, as carnes eram assadas em espetos pelos sacerdotes. O cheiro do incenso queimado diante dos altares, o vinho neles derramado e a fumaça da carne iam diretamente para os deuses. Os fiéis se encarregavam de consumir o que sobrava.

Havia um tipo especial de sacrifício, chamado holocausto, no qual se exigia a queima total da carne das vítimas oferecidas.

O homem diante dos deuses

Em todos os lares gregos existia um altar, onde ficava permanentemente aceso o fogo sagrado. Diante dele os pais de família presidiam várias cerimônias religiosas, algumas das quais aconteciam diariamente.

A religião estava presente no dia-a-dia. A observação do vôo das aves podia indicar se o dia seria ou não propício a determinadas atividades. Algum sonho mau, a visão de um gato morto, a ocorrência de um raio, trovão ou terremoto eram suficientes para impedir uma pessoa até mesmo de sair de sua casa.

Em Atenas, durante a Época Clássica, havia dias fastos (favoráveis) e nefastos (desfavoráveis) no calendário da cidade. Os atenienses acreditavam em metamorfoses; admitiam ser possível, por exemplo, acontecer a transformação de uma pessoa em animal e vice-versa. Para eles, até mesmo os espirros podiam ser interpretados como sinais sobrenaturais.

Além do culto doméstico, também havia na Grécia a religião pública, o culto oficial das cidades, que surgiu no Período Arcaico, na mesma época em que nasceram as cidades-estado.

O culto oficial eram inicialmente muito simples. Suas cerimônias eram realizadas diante de altares modestos e não tinham grande solenidade. Com o passar do tempo, elas se tornaram solenes e majestosas. Quando aconteciam as grandes festas religiosas oficiais, verdadeiras multidões se aglomeravam diante dos templos. A religião passou a ser utilizada pelos governos das cidades-estado para unir os cidadãos em favor dos interesses públicos. As reuniões do governo só tinham início depois de realizada uma prece; nenhuma decisão era tomada sem que antes se invocasse a proteção divina.

A religião pública exigia muito pouco dos cidadãos. Não lhes impunha obediência a normas rígidas de caráter moral, nem mesmo pedia que tivessem fé. Cobrava apenas a participação nas atividades religiosas oficiais. A desobediência às poucas regras de conduta era, entretanto, considerada grave delito: o crime de impiedade. Uma das acusações que levaram o filósofo Sócrates a ser condenado à morte foi a de ter levado os jovens de Atenas a descrer da religião da cidade.

Os santuários, os grandes jogos e os oráculos

Os templos de algumas cidades tornaram-se muito importantes, atraindo visitantes de todos os lugares da Grécia. Entre eles estavam o templo de Zeus, em Olímpia, e o de Apolo, que ficava em Delfos. Os dois foram os mais famosos santuários pan-helênicos, isto é, de todas as cidades gregas.

Os grandes santuários davam à religião grega um caráter "internacional", por serem prestigiados por todas as cidades-estado. O mais antigo deles foi provavelmente o de Zeus, situado em Dodona. Também havia santuários de menor importância, como o de Poseidon, no cabo Micale, e outros ainda menores, como o de Atena e Zeus, situado no Pireu.

Em alguns santuários aconteciam periodicamente grandes competições, que reuniam participantes de todas as cidades. Em Olímpia aconteciam, a cada quatro anos, os Jogos

Olímpicos - em homenagem a Zeus -, que foram os mais importantes de toda a Grécia. Meses antes de seu início, as cidades recebiam emissários que anunciavam sua realização. Durante o período das competições havia trégua entre as cidades que estivessem em guerra e garantia-se a passagem e a segurança de todos que se dirigiam a Olímpia.

O primeiro dia era dedicado às cerimônias religiosas e ao juramento olímpico; os cinco restantes, aos jogos propriamente ditos. A competição mais importante era o pentatlo, que incluía corrida, salto, luta, arremesso de lança e de disco.

No sexto e último dia os vencedores recebiam seus prêmios. Ganhavam apenas coroas de folhas de louro ou tripés de bronze. Quando retornavam a suas cidades, entretanto, eram alvo de verdadeira glorificação.

Nos Jogos Olímpicos, os atletas competiam individualmente; não havia participação de equipes. As mulheres não podiam participar nem mesmo assistir aos jogos. Além das competições esportivas, durante os jogos também eram realizados concursos de declamação, de oratória, apresentação de peças teatrais e concursos musicais. Os jogos de Olímpia foram copiados por outras cidades como Delfos, onde se realizavam os Jogos Píticos, no terceiro ano após cada Olimpíada, e Corinto, que patrocinava os Jogos Ístmicos.

As Olimpíadas Modernas

Os Jogos Olímpicos se iniciaram no ano 776 a. C. Foram tão importantes que os gregos organizaram seu calendário com base na periodicidade de sua realização. Durante quase doze séculos aconteceram praticamente sem interrupção. Foi o imperador romano Teodósio quem decretou sua extinção, em 394 d. C. Cerca de mil e quinhentos anos mais tarde, em 1896, Pierre de Frey, barão de Coubertin, organizou a primeira das Olimpíadas modernas, as maiores competições esportivas de nossa época. O restabelecimento dos Jogos Olímpicos tantos séculos depois de sua extinção teve um significado especial que perdura até hoje.

Alguns santuários eram famosos e procurados porque neles funcionavam oráculos que prediziam o futuro. O oráculo mais importante da Grécia ficava no santuário de Apolo, em Delfos.

Nessa cidade havia uma sacerdotisa - a Pítia - que entrava em transe e respondia às perguntas que lhe dirigiam. As respostas fornecidas eram sempre enigmáticas; davam margem a mais de uma interpretação. O rei Creso, da Lídia, procurou-a saber como deveria agir para enfrentar os persas que ameaçavam seu reino. Recebeu como resposta a afirmação de que quando cruzasse a fronteira, destruiria um grande império. Baseado nela, Creso resolveu da início à guerra. E realmente destruiu um império: o seu.

As perguntas encaminhadas aos oráculos variavam muito. Em Dodona, no oráculo de Zeus, as pessoas costumavam perguntar: "Será rigoroso o inverno?", "Quem roubou o meu dinheiro?", "Sou eu o pai da criança que minha mulher deu à luz?"

As cidades-estado, antes de iniciarem uma guerra, costumavam consultar os oráculos. As respostas nunca recomendavam a paz. Às vezes davam a entender, inclusive, que a cidade não deveria resistir ao inimigo que as ameaçava. Durante as Guerras Pérsicas, também chamadas Guerras Médicas, o oráculo de Delfos foi acusado de "medizar", ou seja, favorecer os persas e não os gregos envolvidos no conflito.

As festas, a mitologia e os mistérios

"Temos concursos e festas religiosas durante o ano todo." A afirmação, atribuída a Péricles, refere-se a um dos aspectos importantes da religião grega: seu caráter festivo.

Em Atenas, cuja história é mais bem documentada e conhecida, havia realmente grandes festividades durante o ano inteiro. As festas conhecidas como *Lenaia* aconteciam em janeiro; março era o mês das Grandes Dionisiacas; a festa das Panatenéias ocorria em julho, e em dezembro realizavam-se as Dionisiacas Rurais. A cada quatro anos eram organizadas as Grandes Panatenéias, que duravam seis dias e eram as maiores festividades promovidas pela cidade.

Nos dias de festa, os tribunais e o comércio fechavam suas portas, como acontece atualmente em nossos feriados.

Os gregos criaram, ainda, inúmeras lendas para explicar a origem tanto de seus deuses e heróis como a dos homens e para esclarecer os fenômenos da natureza.

Damos o nome da mitologia grega ao conjunto de lendas e narrativas lá elaboradas desde os primeiros tempos. As explicações mitológicas têm, na maior parte das vezes, um caráter fantástico. Como exemplo, podemos citar o mito da criação do homem.

Os deuses haviam destruído a primeira geração da humanidade e preservado apenas um casal: Deucalião e sua mulher, Pirra. Querendo repovoar o mundo, os dois foram informados de que deviam atirar, por cima dos ombros, os ossos de sua mãe. Deucalião e Pirra inicialmente não souberam como agir, mas depois concluíram que sua mãe era a Terra e que as pedras correspondiam a seus ossos. Começaram então a jogar pedras por sobre os ombros. Aquelas arremessadas por Deucalião transformaram-se em homens; as atiradas por Pirra deram origem às mulheres.

Há inúmeros outros exemplos de histórias igualmente fantásticas: o cavalo Pégaso podia voar; o rei Midas transformava em ouro todos os objetos que tocava; o herói Aquiles era invulnerável. Alguns personagens mitológicos se transformavam em aves, em árvores ou em flores; o cão Cérbero, que guardava as portas do Hades, tinha várias cabeças; os cíclopes possuíam um só olho, no meio da testa.

Com a mitologia, os gregos tentaram elaborar uma explicação para o universo. Mais tarde, enfrentariam o mesmo desafio, mas desta vez recorreram à filosofia. E conseguiram chegar muito mais perto da verdade.

Durante a Época Clássica desenvolveram-se na Grécia alguns cultos religiosos que exigiam de seus seguidores segredo absoluto sobre seu funcionamento. Eram eles o orfismo e os mistérios de Elêusis.

O orfismo foi um culto secreto que surgiu na Grécia provavelmente no século VI a. C. Inspirou-se em Orfeu, um personagem mitológico que desceu ao Hades para rever a esposa - Eurídice - mas não conseguiu fazê-la retornar ao mundo dos vivos. O culto órfico baseava-se na idéia da reencarnação das almas e teve influência sobre algumas correntes da filosofia grega.

O culto dos mistérios de Elêusis durou aproximadamente mil anos, do século VI a. C. até o IV d. C. Os segredos dos rituais de Elêusis foram mantidos tão rigorosamente que até hoje muito pouco se sabe sobre eles.

Com o passar do tempo, as crenças religiosas dos gregos foram abandonadas e os próprios deuses perderam grande parte de seu prestígio. O pensamento e as obras dos filósofos explicavam muito melhor os mistérios da natureza, da existência dos homens e da criação do mundo, contribuindo para a decadência da religião.

A procura pelos cultos secretos do orfismo e dos mistérios de Elêusis comprova o abandono da religião oficial das cidades gregas. Os antigos cultos ainda continuaram a existir, mas a crença da maioria do povo nos deuses do Olimpo desapareceram para sempre".¹⁶

9.2. A Cultura

Aspectos culturais da Grécia Antiga

"A civilização grega viveu um alto grau de criação artística e intelectual. Não temos informações precisas a respeito de tudo o que foi produzido, conhecemos apenas os textos e obras de arte que resistiram ao tempo. De qualquer formação que foi recuperado permite-nos perceber o brilhantismo daquela civilização.

Literatura

As duas maiores obras literárias daquele período que conhecemos são a *Ilíada*, que conta um episódio da Guerra de Tróia, e a *Odisséia*, que narra as aventuras de Ulisses, também chamado de Odisseu, que retorna à Grécia após a Guerra de Tróia. Ambas são atribuídas a um poeta lendário de nome **Homero**. Na atualidade tem-se como certo que Homero é uma lenda e que as duas epopeias são obras de vários autores que viveram nos séculos VIII e VII a.C.

Teatro

O teatro, que a princípio tinha significado religioso, com o passar do tempo adquiriu o caráter de crítica social e política. Os autores teatrais e suas principais obras foram:

Ésquilo. *As Suplicantes e Prometeu Acorrentado.*

Sófocles. *Antígona, Electra e Édipo Rei.*

Eurípedes. *Medéia, Orestes e Hipólito Coroadado.*

Aristófanes. *Lisístraras, As Rãs. As Nuvens e As Vespas.*

Filosofia

Os textos dos filósofos gregos da Antigüidade são, até hoje, objeto de estudo e fundamentam o pensamento ocidental. Os problemas diante dos quais os filósofos gregos se colocavam, como a origem e a razão da vida, as relações entre o público e o privado, a natureza do homem e a justiça social, são assuntos ainda atuais e motivo de muitas controvérsias. Os mais importantes filósofos gregos foram:

Sócrates. Sua principal preocupação era o comportamento moral dos cidadãos. Por causa das críticas que fazia ao comportamento de alguns cidadãos atenienses, Sócrates foi condenado à morte.

Platão. Foi discípulo de Sócrates e dedicou sua vida ao ensino de filosofia. Platão entendia que o mundo sensível, esse que nós chamamos de realidade, é apenas um conjunto de aparências falsas, de sombras. O mundo real seria o das idéias, o qual o homem atinge pelo conhecimento,

Aristóteles. Acreditava na pesquisa e na experimentação científicas para se chegar ao conhecimento e à verdade. Os sábios do Renascimento adotaram postura semelhante em relação ao mundo das ciências.

História

Na Grécia, a narrativa histórica tinha uma função muito importante. Os gregos entendiam que no mundo tudo é eterno, menos os homens. A terra, os mares, as rochas estavam sempre nos mesmos lugares; as plantas morriam para depois renascer, assim como os outros animais. Apenas as pessoas desapareciam. A narrativa histórica tinha então a função de garantir a imortalidade aos homens. Através do registro de suas ações, que seriam contadas às gerações posteriores, o ser humano permaneceria vivo após a sua morte. Os dois mais importantes historiadores da Grécia Antiga foram Heródoto e Tucídides.

Escultura

A escultura grega valorizava a beleza e a harmonia dos corpos humanos saudáveis e bem cuidados. A função da escultura era principalmente a ornamentação do ambiente. Também era comum a colocação de imagens esculpidas em lugares próximos aos templos com o objetivo de agradar aos deuses.

O maior escultor grego que conhecemos foi Fídias, que esculpiu as imagens de Atena e de Zeus. Suas obras exprimem uma grande harmonia, sustentada na simplicidade e altivez com que retratava as figuras".¹⁷

9.3. A Filosofia do mito à razão

Introdução

"Todos nós sabemos que os primeiros filósofos da humanidade foram os gregos. Isso significa que embora tenhamos referências de grandes homens na China (Confúcio, Lao Tsé), na Índia (Buda), na Pérsia (Zaratustra), suas teorias ainda estão por demais vinculadas à religião para que se possa falar propriamente em reflexão filosófica.

O que veremos nesse capítulo é o processo pelo qual se tornou possível a passagem da consciência filosófica na civilização grega, constituída por diversas regiões politicamente autônomas.

Periodização da história da Grécia Antiga

Civilização micênica - desenvolve-se desde o início do segundo milênio a.C. e tem esse nome pela importância da cidade de Micenas, de onde, no século XII a.C., partem Agamemnon, Aquiles e Ulisses para sitiarem e conquistar Tróia.

Tempos homéricos (séculos XII a VIII a.C.) são assim chamados porque nesse período teria vivido Homero (século IX ou VIII). Na fase de transição de um mundo essencialmente rural, o enriquecimento dos senhores faz surgir a aristocracia proprietária de terras e o desenvolvimento do sistema escravista.

Período arcaico (séculos VIII a VI a.C.) - grandes alterações sociais e políticas com o advento das cidades-estados (pólis) e desenvolvimento do comércio e conseqüente movimento de colonização grega.

Período clássico (séculos V e IV a.C.) - apogeu da civilização grega. Na política expressão da democracia ateniense; explosão das artes, literatura e filosofia. Época em que viveram os sofistas, Sócrates, Platão e Aristóteles.

Período helenístico (séculos III e II a.C.) - decadência política da Grécia, com o domínio macedônico e conquista pelos romanos. Culturalmente se dá a influência das civilizações orientais.

A concepção mítica

As epopéias

Os mitos gregos eram recolhidos pela tradição e transmitidos oralmente pelos *aedos* e *rapsodos*, cantores ambulantes que davam forma poética aos relatos populares e os recitavam de cor em praça pública. Era difícil conhecer os autores de tais trabalhos de formalização, porque num mundo em que predomina a consciência mítica não existe a preocupação com a autoria da obra, já que o anonimato é a conseqüência do coletivismo, fase em que ainda não se destaca a individualidade. Além disso, não havia a escrita para fixar obra e autor.

Por esse motivo há controvérsia a respeito da época em que teria vivido Homero, um desses poetas, e até se ele realmente teria existido (séc. IX a.C.?). E costume atribuir-lhe a autoria de dois poemas épicos (epopéias): *Iliada*, que trata da guerra de Tróia (Tróia em grego é Ílion), e *Odisséia*, que relata o retorno de Ulisses a Ítaca, após a guerra de Tróia (Odiseus é o nome grego de Ulisses). Por vários motivos, inclusive pelo estilo diferente dos dois poemas, alguns intérpretes acham que são obras de diversos autores.

De qualquer forma, as epopéias tiveram função didática importante na vida dos gregos porque descrevem o período da civilização micênica e transmitem os valores da cultura por meio das histórias dos deuses e antepassados, expressando uma determinada concepção de vida. Por isso desde cedo as crianças decoravam passagens dos poemas de Homero,

As ações heróicas relatadas nas epopéias mostram a constante intervenção dos deuses, ora para auxiliar um protegido seu, ora para perseguir um inimigo. O homem homérico é presa do Destino (Moiras), que é fixo, imutável, e não pode ser alterado. Até distúrbios psíquicos como o desvario momentâneo de Agamemnon são atribuídos à ação divina. E nesse sentido a fala de Heitor: "Ninguém me lançará ao Hades (deus do Mundo Subterrâneo - em Roma: Plutão) contra as ordens do destino! Garanto-te que nunca homem algum, bom ou mau, escapou ao seu destino, desde que nasceu!"

O herói vive, portanto, na dependência dos deuses e do destino faltando a ele a nossa noção de vontade pessoal, de livre-arbítrio. Mas isto não o diminui diante dos homens comuns. Ao contrário, ter sido escolhido pelos deuses é sinal de valor e em nada tal ajuda desmerece a sua virtude.

A virtude do herói se manifesta pela coragem e pela força, sobretudo no campo de batalha, mas também na assembléia, no curso, pelo poder de persuasão. O preceptor de Aquiles diz: "Para isso me enviou, a fim de eu te ensinar tudo isto, a saber fazer discursos e praticar nobres feitos". Nessa perspectiva, a noção de virtude não deve ser confundida com o conceito moral de virtude como o conhecemos posteriormente, mas como excelência, superioridade, alvo supremo do herói. Trata-se da virtude do guerreiro belo e bom.

A Teogonia

Hesíodo, outro poeta que teria vivido por volta do final do século VIII e princípios do VII a.C., produz uma obra com características que apontam para a época que se vai iniciar a seguir, com particularidades que tendem a superar a poesia impessoal e coletiva das epopéias.

Mas mesmo assim, sua obra *Teogonia* (*teo*: deus; *gonia*: origem) reflete ainda a preocupação com a crença nos mitos. Nela Hesíodo relata as origens do mundo e dos deuses, e as forças que surgem não são a pura natureza, mas sim as próprias divindades: Gaia é a Terra, ano é o Céu, Cronos é o Tempo surgindo ora por segregação, ora pela intervenção de Eros, princípio que aproxima os opostos.

A concepção filosófica

É no período arcaico que os primeiros filósofos gregos. Por volta de fins do século VII a.C. e durante o século VI a.C.

Alguns autores costumam chamar de "milagre grego" a passagem do pensamento mítico para o pensamento crítico racional e filosófico. Atenuando a ênfase dada a essa "mutação", no entanto, alguns estudiosos mais recentes pretendem superar essa visão simplista e *a-histórica*, realçando o fato de que o surgimento da racionalidade crítica foi o resultado de um processo muito lento, preparado pelo passado mítico, cujas características não desaparecem como por encanto" na nova abordagem filosófica do mundo Ou seja o surgimento da filosofia na Grécia não é o resultado de um salto, um "milagre" realizado por um povo privilegiado, mas a culminação de um processo que se fez através dos tempos e tem sua dívida com o passado mítico.

Algumas novidades surgidas no período arcaico ajudaram a transformar a visão que o homem mítico tinha do mundo e de si mesmo. São elas a invenção da escrita, o surgimento da moeda, a lei escrita, o nascimento da *pólis* (cidade-estado), todas elas tomando-se condição para o surgimento do filósofo. Vejamos como isso se deu.

A escrita

Geralmente a consciência mítica predomina culturas de tradição oral, onde ainda não há escrita. É interessante observar que *mythos* significa "palavra", "o que se diz". A palavra antes da escrita, ligada a um suporte vivo que a pronuncia, repete e fixa o evento por meio da memória pessoal. Aliás, etimologicamente, *epopéia* significa "o que se exprime pela palavra" e *lenda* é "o que se conta".

É bem verdade que, de início, a primeira escrita é mágica e reservada aos privilegiados, aos sacerdotes e aos reis. Entre os egípcios por exemplo, *hieróglifos* significa literalmente "sinais divinos".

Na Grécia, a escrita surge por influência dos fenícios e já no século VIII a.C. se acha suficientemente desligada de preocupações esotéricas e religiosas. Enquanto os rituais religiosos são cheios de fórmulas mágicas, termos fixos e inquestionados, os escritos deixam de ser reservados apenas aos que detêm o poder e passam a ser divulgados em praça pública, sujeitos à discussão e à crítica. Apenas um parêntese esclarecedor: isso não significa que a escrita tenha se tornado acessível a todos. Muito ao contrário, permanece ainda grande o número de analfabetos. O que está em questão, no entanto, é a dessacralização da escrita, ou seja, seu desligamento da religião.

A escrita gera uma nova idade mental porque exige de quem escreve uma postura diferente daquela de quem apenas fala. Como a escrita fixa a palavra, e conseqüentemente o mundo, para além de quem a proferiu, necessita de mais rigor e clareza, o que estimula o espírito crítico. Além disso, a retomada posterior do que foi escrito e o exame pelos outros - não só de contemporâneos mas de outras gerações - abrem os horizontes do pensamento, propiciando o distanciamento do vivido, o confronto das idéias, a ampliação da crítica.

Portanto, a escrita aparece como possibilidade maior de abstração, uma reflexão da palavra que tenderá a modificar a própria estrutura do pensamento.

A moeda

Por volta dos séculos VIII a VI a.C. houve o desenvolvimento do comércio marítimo decorrente da expansão do mundo grego mediante a colonização da Magna Grécia (atual sul da Itália) e Jônia (atual Turquia). O enriquecimento dos comerciantes promoveu profundas transformações decorrentes da substituição dos valores aristocráticos pelos valores da nova classe em ascensão.

Na época da predominância da aristocracia rural, cuja riqueza se baseava em terras e rebanhos, a economia era pré-monetária e os objetos usados para troca vinham carregados de simbologia afetiva e sagrada, decorreu-te da posição social ocupada por homens considerados superiores e do caráter sobrenatural que impregnava as relações sociais.

A fim de facilitar os negócios, a moeda, que tinha sido inventada na Lídia, aparece na Grécia por volta do século VII a.C. A moeda torna-se necessária porque, com o comércio, os produtos que antes eram feitos sobretudo com valor de uso passam a ter valor de troca, isto é, transformam-se em mercadoria. Daí a exigência de algo que funcionasse como valor equivalente universal das mercadorias.

A invenção da moeda desempenha papel revolucionário, pois está vinculada ao nascimento do pensamento racional. Isso porque passa a ser emitida e garantida pela Cidade, revertendo benefícios para a própria comunidade. Além desse efeito político de democratização, a moeda sobrepõe aos símbolos sagrados e afetivos o caráter racional de sua concepção: muito mais do que um metal precioso que se troca por qualquer mercadoria, a moeda é um artifício racional, uma convenção humana, uma noção abstrata de valor que estabelece a medida comum entre valores diferentes.

A lei escrita

Drácon (séc. VII a.C.), Sólon e Clístenes (séc. VI a.C.) são os primeiros legisladores que marcam uma nova era: a justiça, até então dependente da arbitrariedade dos reis ou da interpretação da vontade divina, é codificada numa legislação escrita. Regra comum a todos, norma racional, sujeita à discussão e modificação, a lei escrita passa a encarnar uma dimensão propriamente humana.

As reformas provocadas pela legislação de Clístenes fundam a pólis sobre uma base nova: a antiga organização tribal é abolida e estabelecem-se novas relações, não mais baseadas na consangüinidade, mas determinadas por nova organização administrativa. Tais modificações expressam o ideal igualitário que prepara a democracia nascente, pois a unificação do corpo social abole a hierarquia fundada no poder aristocrático das famílias.

O cidadão da pólis

Jean-Pierre Vernant, helenista e pensador francês, vê no nascimento da *pólis* (por volta dos séculos VIII e VII a.C.) um acontecimento decisivo que "marca um começo, uma verdadeira invenção", que provocou grandes alterações na vida social e nas relações entre os homens.

A originalidade da cidade grega é que ela está centralizada na *ágora* (praça pública), espaço onde se debatem os problemas de interesse comum. Separam-se na *pólis* o domínio público e o privado: isto significa que ao ideal de valor de sangue, restrito a grupos privilegiados em função do nascimento ou fortuna, se sobrepõe a justa distribuição dos direitos dos cidadãos enquanto representantes dos interesses da cidade. Está sendo elaborado o novo ideal de justiça, pelo qual todo cidadão tem direito ao poder. A nova noção de justiça assume caráter político, e não apenas moral, ou seja, ela não diz respeito apenas ao indivíduo e aos interesses da tradição familiar, mas se refere a sua atuação na comunidade.

A *pólis* se faz pela autonomia da palavra, não mais a palavra mágica dos mitos, palavra dada pelos deuses e, portanto, comum a todos, mas a palavra humana do conflito, da discussão, da argumentação. O saber deixa de ser sagrado e passa a ser objeto de discussão.

A expressão da individualidade por meio do debate faz nascer a *política*, libertando o homem dos exclusivos desígnios divinos, e permitindo a ele tecer seu destino na praça pública. A instauração da ordem humana dá origem ao *cidadão da pólis*, figura inexistente no mundo coletivista da comunidade tribal.

Portanto, o cidadão da *pólis* participa dos destinos da cidade por meio do uso da palavra em praça pública. Mas para que isso fosse possível, desenvolveu-se uma nova concepção a respeito das relações entre os homens, não mais assentadas nas suas diferenças, na hierarquia típica das relações de submissão e domínio. Ou seja "os que compõem a cidade, por mais diferentes que sejam por sua origem, sua classe, sua função, aparecem de uma certa maneira 'semelhantes' uns aos outros". De início a igualdade existe apenas entre os guerreiros, mas "essa imagem do mundo humano encontrará no século VI sua expressão rigorosa num conceito, o de *isonomia*: igual participação de todos os cidadãos no exercício do poder".

O apogeu da *democracia* ateniense se dá no século V a.C., já no período clássico, quando Péricles era estrategista. É bem verdade que Atenas possuía meio milhão de habitantes, dos quais 300 mil eram escravos e 50 mil metecos (estrangeiros); excluídas mulheres e crianças, restavam apenas 10% considerados cidadãos propriamente ditos, capacitados para decidir por todos.

Por isso, quando falamos em democracia ateniense, é bom lembrar que a maior parte da população se achava excluída do processo político. Aliás, quanto mais se desenvolvia a idéia de cidadão ideal, com a consolidação da democracia, mais a escravidão surgia como contraponto indispensável, na medida em que ao escravo eram reservadas as tarefas consideradas "menores" dos trabalhos manuais e da luta pela sobrevivência. Mas não resta dúvida de que, na fase aristocrática anterior, havia ainda outros tipos de privilégios. O que enfatizamos no processo é a mutação do ideal político e o *surgimento de uma concepção nova de poder*.

O ideal teórico da nova classe dos comerciantes será elaborado pelos sofistas, filósofos do século V a.C. (ver Capítulo 19 O pensamento político grego).

O nascimento do filósofo

A grande aventura intelectual dos gregos não começa propriamente na Grécia continental, mas nas colônias: na Jônia (metade sul da costa ocidental da Ásia Menor) e na Magna Grécia (sul da península itálica e Sicília).

Os primeiros filósofos viveram por volta do século VI a.C. e, mais tarde, foram classificados como **pré-socráticos** (a divisão da filosofia grega se centraliza na figura de Sócrates) e agrupados em diversas escolas. Por exemplo, escola jônica (Tales, Anaximandro, Anaxímenes, Heráclito, Empédocles), escola itálica (Pitágoras), escola eleática (Xenófanes, Parmênides, Zenão); escola atomista (Leucipo e Demócrito).

Os escritos dos filósofos pré-socráticos desapareceram com o tempo, e só nos restam alguns fragmentos ou referências feitas por filósofos posteriores. Sabemos que geralmente escreviam em prosa, abandonando a forma poética característica das epopéias, dos relatos míticos.

É interessante notar que, enquanto Hesíodo, ao relatar o princípio do mundo (*cosmogonia*) e dos deuses (*teogonia*), refere-se a sua gênese ou origem, as preocupações dos primeiros pensadores levam à elaboração de uma *cosmologia*, pois procuram a racionalidade do universo. Isso significa

que, ao perguntarem como seria possível emergir do Caos um "cosmos" ou seja, como da confusão inicial surgiu o mundo ordenado -, os pré-socráticos procuram o *princípio* (a *arché*) de todas as coisas, entendido este não como o que antecede no tempo, mas enquanto fundamento *do ser*. Buscar a *arché* é explicar qual é o *elemento constitutivo de todas as coisas*.

As respostas dos filósofos à questão do fundamento das coisas são as mais variadas. Cada um descobre a *arché*, a unidade que pode explicar a multiplicidade: para Tales é a água; para Anaxímenes é o ar; para Demócrito é o átomo; para Empédocles, os famosos quatro elementos, terra, água, ar e fogo, teoria aceita até o século XVIII, quando foi criticada por Lavoisier".¹⁸

10. Complementos: textos e imagens

10.1. As formas de Governo segundo Aristóteles

Neste trecho, Aristóteles analisa as principais formas de governo existentes nas cidades-estados da Grécia Antiga.

Os governos viciados são: a tirania, para a realeza; a oligarquia, para a aristocracia; a demagogia, para a democracia. A tirania é uma monarquia que não tem outro objetivo senão o interesse do monarca; a oligarquia só vê o interesse dos ricos; a demagogia só vê o dos pobres; nenhum destes governos se ocupa do interesse geral... Os ricos são pouco numerosos em toda parte, enquanto os pobres constituem a grande maioria. Assim, portanto, a verdadeira diferença entre a democracia e a oligarquia é a da pobreza ou riqueza; daí resulta necessariamente que cada vez que a riqueza dá o poder, há oligarquia; e, ao contrário, democracia, quando os pobres têm o poder. Mas, como dissemos, geralmente os ricos estão em minoria, e os pobres em maioria; uns têm a riqueza e os outros o número; tal é a causa das perpétuas dissensões entre uns e outros a respeito do governo.

Aristóteles. Política (fragmento). In: FREITAS, Gustavo de. 900 textos e documentos de História. Lisboa: Plátano, 1977, p.64.¹⁹

10.2. O papel da Guerra em Esparta

Neste canto de Guerra, composto no século VII a. C. o poeta Tirteu exaltou o espírito marcial e os valores morais predominantes em Esparta.

É belo que o homem bravo, combatendo por sua pátria, tombe na primeira fila; mas o que deserta de sua cidade e dos seus campos férteis e vai mendigar, errando com sua querida mãe, seu velho pai e seus filhos, é o mais miserável dos homens... Nós, corajosamente, combatemos por esta terra, morremos por nossos filhos, não poupamos nossa vida. Ó jovens, combatei, unidos uns aos outros, não temais sendo a vergonha da fuga, estimulai no vosso coração uma valente e sólida coragem, e não vos inquietais com a vida lutando contra o inimigo. Não abandoneis os velhos guerreiros cujos joelhos já não são ágeis. É vergonhoso que um homem velho, tombado na primeira fila, caído diante dos moços com a sua cabeça branca, a sua barba branca, morra corajosamente na poeira, com o corpo esfolado... Mas aquele que conserva a bela flor da juventude, vivendo, é admirado pelos homens e pelas mulheres, e, também, quando tomba com bravura na primeira linha. Que cada um marche, pois, para o combate com pé firme, mordendo os lábios."

ISAAC, J. e ALBA, A. História universal - Oriente e Grécia. São Paulo, Mestre Jou, 1968. p. 161.²⁰

10.3. A Democracia segundo Péricles

Este trecho da Oração de Péricles, reproduzido pelo historiador Tucídides, faz o elogio da democracia ateniense.

A constituição que nos rege nada tem a invejar aos outros povos; serve a eles de modelo e não os imita. Recebe o nome de democracia, porque o seu intuito é o interesse do maior número e não de uma minoria. Nos negócios privados, todos são iguais perante a lei; mas a consideração não se outorga senão àqueles que se distinguem por algum talento. É o mérito pessoal, muito mais do que as distinções sociais, que franqueia o caminho das honras. Nenhum cidadão capaz de servir à pátria é impedido de fazê-lo por indigência ou por obscuridade de sua condição. Livres em nossa vida pública, não pesquisamos com curiosidade suspeita a conduta particular dos nossos cidadãos... Somos cheios de submissão às autoridades constituídas, assim como as leis, principalmente as que têm por objeto a proteção dos fracos e as que, por não serem escritas, não deixam de atrair àqueles que as transgridem a censura geral... Ouso dizê-lo, Atenas é a escola da Grécia.

ISAAC, J. e ALBA, A. História universal - Oriente e Grécia. São Paulo,

Mestre Jou, 1968. p. 187.²¹

10.4. A Revolução Hoplítica

"A guerra ocupava lugar importante na sociedade grega. Grande parte da vida dos homens era dedicada ao treinamento e à luta.

No período homérico, a função de guerreiro era um privilégio dos nobres. Apenas os aristocratas tinham condições materiais para obter equipamento necessário, custear as carruagens e para participar das longas campanhas, que os afastavam dos trabalhos diários. Por outro lado, a participação nas batalhas garantia à nobreza homérica mais riquezas, prestígio social e domínio político. Os guerreiros lutavam individualmente, buscando a glória pessoal, característica típica da guerra homérica.

No período arcaico, porém, a forma de guerrear mudou muito. Agora, os guerreiros formavam um exército compacto, a "falange hoplítica".

Os hoplitas eram soldados de infantaria, equipados com armadura, escudo, lança e espada. Formavam um grupo que atacava e defendia de modo coordenado (daí a presença do flautista na ilustração, para marcar o compasso). Na falange hoplítica, não havia lugar para heroísmos individuais; a vida de cada um dependia de seu companheiro. A participação das camadas mais populares na guerra abriu caminho para que exigissem também o direito de participação política.

A nova forma de guerrear era fruto de profundas mudanças sociais e mentais do período arcaico. A falange expressava uma atitude coletiva diante da vida, na qual o importante era o destino do grupo como um todo, mais do que as vantagens e as honras pessoais. Sobretudo buscava o sucesso da cidade contra seus inimigos.

Na poesia dessa época, além do grande homem, herói ou esportista, a cidade também é exaltada:

Zeus, salvador, venho pedir que glorifiques esta cidade por seus ilustres triunfos e dê ao vencedor olímpico uma velhice tranqüila.

(Píndaro - V Olímpica)²²

10.5. Escravidão e cidadania

"Não havia contradição entre a democracia antiga e a escravidão. Na realidade, era o fato de uma massa de cativos trabalhar compulsoriamente que garantia a liberação dos cidadãos para a participação política.

A escravidão não foi apenas um aspecto econômico central da vida grega, mas também

influenciou profundamente sua mentalidade. Como o trabalho estava associado à escravidão, era geralmente desvalorizado, visto como atividade inferior, que não cabia ao cidadão:

Os ofícios que se chamam de artesanais são muito mal vistos e é por certo natural que gozem de grande descrédito nas cidade. Eles arruinam fisicamente os que a eles se dedicam e os que deles se ocupam, obrigando-os a viver sentados e à sombra, às vezes mesmo a passar o dia inteiro junto ao fogo. Os corpos ficando assim maltratados, as almas, por sua vez, tornam-se bem menos robustas. Além disso e sobretudo, os ofícios chamados artesanais não deixam a quem os pratica nenhum ócio para cultivarem os amigos e a cidade. Dessa forma, passam por maus amigos e medíocres defensores de sua pátria. Eis porque em algumas cidade, especialmente as que têm uma reputação militar, é até mesmo proibido que os cidadãos pratiquem ofícios de artesanato.

(Xenofonte - Econômica)

É claro que os cidadãos não devem levar uma vida de artesãos, nem uma vida de comerciantes - tais vidas são ignóbeis e opostas à virtude -, e os que são chamados à vida cívica não devem também ser agricultores. A aquisição da virtude e a atividade política necessitam, uma e outra do ócio.

(Aristóteles - Política)

O ideal grego valorizou o ócio, mas não como um tempo livre inútil e vazio, e sim como a possibilidade de o cidadão dedicar-se à cidade, à política. Não é à toa que Hefesto, o deus dos ofícios artesanais, era representado como um ser deformado, que vivia separado dos demais deuses. Contudo, nem todos os gregos condenavam o trabalho, especialmente se ele representava uma necessidade para alguns cidadãos:

Sólon dirigiu seus concidadãos para os ofícios artesanais e redigiu uma lei que dispensava um filho da obrigação de alimentar seu pai quando este não lhe tivesse feito aprender um ofício. [...] Sólon, que adaptava as leis às coisas, em lugar de adaptar as coisas às leis, e via a pobreza natural do território, que somente oferecia uma subsistência medíocre aos cultivadores e era incapaz de alimentar uma multidão indolente e ociosa, exaltou os ofícios e levou o Areópago a examinar de onde cada um tirava seus recursos e a punir os preguiçosos.

(Plutarco - Vidas Paralelas - Sólon)

Na prática, nem todos os cidadãos podiam escapar da atividade produtiva ou possuíam escravos e terras suficientes. Por isso, a participação política variou muito de pessoa para pessoa. O camponês pobre, embora livre e gozando de todos os direitos políticos, raramente comparecia à assembléia e só podia ocupar um cargo público quando era remunerado.

É importante salientar o predomínio da mentalidade escravista. A sociedade grega nunca se imaginou sem a existência do trabalho dos cativos e sem a exclusão desse grupo da vida política.

Mesmo os escravos jamais conseguiram formular um projeto consistente alternativo à escravidão. Um dos motivos para isso foi que os escravos provinham das mais diferentes realidades estrangeiras, e não falavam sequer a mesma língua. Era difícil obter um consenso para lutar contra seus senhores. Mas a principal razão para a ausência de revoltas que propusessem uma nova sociedade, sem escravos e senhores, foi que a idéia e a prática da escravidão eram consideradas naturais na Antigüidade, mesmo entre os escravos. De fato, em toda a história grega, não temos notícias de nenhuma revolta escrava.²³

10.6. O mundo do trabalho

Antes do aparecimento das cidades-estado a população da Grécia vivia no campo, dedicando-se à criação de gado e às atividades agrícolas. As obras de Homero e Hesíodo (poetas do século

VIII a. C.), embora contenham referências a algumas cidades, indicam que a maior parte do povo ainda vivia no campo.

Com o aparecimento das cidades-estados, o mundo rural grego começou a sofrer grandes transformações. Os camponeses, que até então produziam apenas para seu próprio consumo, começaram a aumentar a produção para abastecer também os centros urbanos que haviam surgido. As cidades, por sua vez, assumiram as funções de produtoras e distribuidoras de mercadorias.

As relações entre as populações do campo e as das cidades passaram a ter importância cada vez maior. No início da Época Clássica, por exemplo, dois em cada três habitantes de Atenas viviam na zona rural, e a posse de propriedades era a principal exigência para se adquirir o direito à cidadania. As ligações entre as cidades e a zona rural não se modificaram até o momento em que a Grécia perdeu sua independência.

Uma luta diária - a vida no campo

Para o lavrador grego, o trabalho não era fácil. O camponês tinha de travar uma luta constante contra a aridez do solo, a falta de chuvas, o calor excessivo dos verões ou o frio do inverno. Além disso, ele não possuía ferramentas agrícolas muito eficientes. Os arados, por exemplo, não escavavam o solo até a profundidade necessária, e assim as plantas não se desenvolviam o suficiente para produzir colheitas abundantes.

As técnicas agrícolas não progrediram, na Grécia, mantendo-se inalteradas durante séculos, e por isso a ameaça da fome esteve sempre presente. Na Época Clássica, a importação de alimentos foi a solução encontrada para remediar a insuficiência da produção agrícola.

Os cereais mais cultivados pelos gregos foram o trigo e a cevada. Outro produto importante era o linho, conhecido desde os tempos mais remotos. Frutas e legumes complementavam a produção da agricultura.

O plantio de oliveiras e videiras contribuiu para o desenvolvimento do comércio internacional. O azeite e o vinho foram os principais produtos exportados. Para transportá-los, os gregos os acondicionavam em odres de couro ou ânforas de cerâmica.

Antes de se tornar agricultores, os gregos dedicaram-se à criação de gado. Mas a falta de chuvas, as variações climáticas violentas e o relevo muito acidentado também dificultavam a pecuária. O gado bovino só pôde ser criado em maior escala na Grécia continental. No restante do território, os carneiros e as cabras formavam os rebanhos mais numerosos. Também se criavam mulas, asnos, porcos e cavalos. Os cavalos sempre foram poucos e muito caros, sendo considerados animais de luxo.

A caça, a pesca e a apicultura foram atividades comuns desde os tempos mais remotos. A carne de animais selvagens e de peixes, assim como o mel, estiveram sempre entre os alimentos consumidos pelos gregos antigos.

A vida nas cidades

Os cidadãos gregos viviam em sua maior parte, dos rendimentos de suas propriedades rurais.

O comércio interno não alcançou grande desenvolvimento nas cidades da Grécia porque seus habitantes tinham hábitos muito simples e contentavam-se com muito pouco para viver. Produziam em suas próprias casas o pão que consumiam e os tecidos que usavam para fazer suas roupas; obtinham de suas propriedades quase tudo de que precisavam.

Nas cidades, os comerciantes montavam as barracas na Ágora, praça que era o centro político, religioso e econômico da cidade. Ali o governo controlava as atividades comerciais, cobrando taxas e mantendo fiscais de pesos e de medidas para garantir a honestidade nas transações.

Pesos e medidas usados na Grécia Antiga

Os pesos e medidas variavam de cidade para cidade.

Medidas de capacidade eram o medimno, que equivalia a pouco menos de 52 litros, o quênice, que correspondia a um litro, e as cótilas, que valiam um quanto de litro.

Medidas de extensão foram o estádio, equivalente a pouco menos de 180 metros, e o plectro, correspondente a uns 30 metros, além do pé do condilo, que eram medidas menores.

As moedas gregas - dracma, mina e talento - foram inicialmente medidas de peso.

O comércio marítimo foi praticado pelos gregos somente em épocas mais recentes de sua história. À época de Homero (século VIII a. C.) era praticamente desconhecido. Os fenícios monopolizaram-se de abastecer as cidades gregas com escravos e produtos de luxo.

Foi a partir do século V. a. C. que os atenienses iniciaram o comércio marítimo em grande escala nas regiões banhadas pelos mares Egeu e Negro. Com o desenvolvimento do comércio internacional houve também um crescimento significativo do comércio interno nas cidades gregas.

As atividades industriais tiveram pouco desenvolvimento na Grécia Antiga. O sistema de produção limitou-se à manufatura. Entre as poucas máquinas conhecidas estavam o torno do oleiro e as prensas para extração de azeite. A utilização da mão-de-obra escrava também dificultou o crescimento da produção. Em toda a história, o trabalho escravo sempre produziu um rendimento inferior ao trabalho dos homens livres, e na Grécia não foi diferente. Mesmo assim desenvolveu-se uma produção refinada de cerâmica, móveis, jóias, tapetes, tecidos, armas e outros produtos destinados não só ao uso cotidiano, mas também ao luxo".²⁴

10.7. A mulher na sociedade grega

"A mulher ocupou lugar secundário na sociedade durante a Idade Antiga. Foi invariavelmente condenado à submissão, à obediência. A única sociedade antiga que aparentemente valorizou a mulher foi a cretense. Nas demais civilizações, ela foi sempre colocada em situação de inferioridade.

Em Atenas, as mulheres, consideradas menores de idade, eram sempre posse de alguém: do pai, quando solteiras; do marido, ao se casarem; dos filhos ou de um tutor, se ficavam viúvas. Tinham nas casa um lugar exclusivo - o gineceu - onde passavam o tempo a fiar ou a tecer.

Na cidade de Esparta, o tratamento reservado às mulheres era um pouco diferente. Elas recebiam uma educação atlética e aprendiam a colocar o amor à cidade acima até mesmo do amor materno. Era-lhes atribuído, basicamente, o papel de mães, esposas, irmãs e filhas dos cidadãos-soldados que governavam a cidade.

A literatura grega quase sempre retratou as mulheres de modo simpático, valorizando sua fidelidade, inocência, honradez, bondade e coragem. Às vezes, entretanto, apresentou-as de modo extremamente negativo.

As mulheres em algumas obras dos gregos antigos:

- "Ninguém pode confiar nas mulheres" (Homero, Odisséia - entre séculos IX e VIII a. C.).
- [As mulheres] ..."parceiras não da penúria cruel, porém do luxo..."(Hesíodo, Teogonia - entre séculos IX e VIII a. C.).
- "A mulher vale pouco..." (Eurípedes, Ifigênia em Táuride - século V a. C.).
- "Maligno é por natureza o sexo feminino..."(Eurípedes, As fenícias - século V a. C.).
- "Choro e brado como uma donzela..."(Sófocles, As traquínicas - século V a. C.).
- "A divindade adaptou a natureza da mulher aos trabalhos e cuidados do interior e a do homem aos do exterior" (Xenofonte, Econômico - século V a. C.).

Para compensar essas ofensas literárias, que comprovam a situação marginal da mulher na Grécia Antiga, vale a pena conhecer um dos poemas de Anacreonte, poeta grego que viveu no século VI a. C.:

"À		mulher	a		natureza
Já	não	tinha	mais	que	dar!
Tinha		apenas	a		beleza;
Só	com	isso	a	pôde	armar.
Quem	por	lança	e	por	escudo

Tem beleza, que mais quer?
Vencem ferro, e fogo, e tudo,
Os encantos da mulher."
(Tradução de Antônio Feliciano de Castilho)".²⁵

10.8. Os diferentes espaços do homem

"Além da atividade produtiva, alguns homens, os cidadãos, tinham a obrigação de exercer funções políticas e militares. Mas nem todos podiam ser cidadãos. Em Atenas, só os filhos de pai ateniense podiam ter essa posição, até o século V a. C., quando Péricles diminuiu ainda mais essa possibilidade, obrigando que o indivíduo tivesse pai e mãe atenienses para ser cidadão. Em Esparta, só os descendentes de *espartíatas* podiam ser cidadãos. Tanto em Atenas quanto em Esparta, o reconhecimento da cidadania dependia de um ritual realizado na época do nascimento da criança e da educação que recebia, uma vez que a condição essencial para o exercício da cidadania era a formação e atuação militar, que tinha início com os primeiros treinamentos aos dezoito anos e findava aos sessenta.

Em Atenas, além das atividades políticas e militares, cabia ao cidadão rico, cuja fortuna superasse um certo patamar, algumas obrigações, denominadas liturgias, que incluíam o custeio de uma série de serviços públicos, como o financiamento de representações teatrais, a conservação e o comando de um navio de guerra, a organização de jogos no ginásio e o fornecimento do óleo que os atletas usavam nas Olimpíadas, ou as despesas de um banquete público oferecido aos membros de uma tribo. Tais obrigações eram vistas como um privilégio, uma oportunidade para ser honrado pela comunidade.

Era bem considerado o cidadão que, além das liturgias, se dispusesse a alguma forma de distribuição de riquezas. Um exemplo disso é relatado por Plutarco, ao contar como Címon, além de usar o produto do saque de campanhas militares em proveito dos seus concidadãos, mandou retirar os muros de suas propriedades a fim de permitir aos estrangeiros e aos pobres a possibilidade de colher frutos de suas terras e, todos os dias, oferecia-lhes uma refeição simples mas suficiente. Assim, fazia de sua casa um lar comum.

Os estrangeiros, nas cidades-Estados gregas, raramente atingiam a condição de cidadão; porém, sua situação não era a mesma em todos os lugares. Em Esparta, por exemplo, os estrangeiros eram periodicamente expulsos. Já em Atenas, eram inscritos nos demos e, portanto, estavam administrativamente incorporados à população ateniense. Eram denominados metecos. Podiam exercer funções públicas subalternas, como a de arauto, médico, cobrador de impostos ou empreiteiro de serviços públicos, mas eram-lhes negados os direitos políticos, apesar de participarem de algumas liturgias, como, por exemplo, a de custear o coro dramático. Quanto ao serviço militar, não participavam do treinamento, que era um dos rituais de admissão ao corpo de cidadãos; no entanto podiam servir na infantaria como hoplitas".²⁶

10.9. Os homens e o trabalho

"Dissemos que cabia ao homem prover a casa através de seu trabalho, que poderia ser realizado no campo, no comércio ou nas oficinas; porém nem todo trabalho era considerado digno, tanto em Esparta como em Atenas.

Em Esparta, o grupo espartíata, que mantinha o poder pela força militar; não se ocupava de nenhuma atividade econômica e até mesmo a desestimulava, conforme nos conta Xenofonte:

Nas outras cidades todos se esforçam para ganhar todo o dinheiro possível. Um trabalha a terra, o outro arma um navio. um outro pratica o grande comércio e outros ainda vivem dos outros ofícios. Mas Licurgo proíbe os homens livres de exercerem qualquer tarefa lucrativa, e assegurar a liberdade ao Estado é, segundo ele, a única atividade da qual devem se ocupar.

Aliás, por que procurar a riqueza numa cidade em que o legislador ordena que todos contribuam com a mesma quantidade para a refeição comum e que vivam no mesmo regime para impedir a aspiração à riqueza e às doçuras que ela traz? Também não é para ter belas roupas que é preciso

enriquecer, pois é a beleza do corpo e não a suntuosidade da roupa que conta. Eles também não precisam ter dinheiro para gastar convidando amigos para os banquetes, pois o legislador dá mais importância ao esforço físico utilizado na ajuda aos amigos do que em despesas fritas para agradá-los. [...] Além de tudo ele instituiu uma moeda que não cabe em uma casa. Pune o possuidor de objetos de ouro e prata. Por que, então esforçar-se para ganhar dinheiro se ele traz mais problemas que prazeres?

(Xenofonte, República dos Lacedemônios, VII.)

Já em Atenas, cidade que vivia de uma economia comercial, desenvolveu-se uma outra atitude em relação ao trabalho, acompanhada de uma valorização do ócio, para que o exercício da política não fosse prejudicado".

Aristóteles, que viveu no século IV a.C., era professor e pensador; escreveu sobre o trabalho na cidade-Estado:

É indispensável que a cidade seja organizada de maneira a dispor de vários serviços; conseqüentemente, deve possuir um número suficiente de agricultores para assegurar o suprimento de alimentos; além de artífices, militares, homens ricos, sacerdotes e juizes para decidirem o que for necessário e conveniente.

[...] Na cidade com o melhor conjunto de normas e naquela dotada de homens absolutamente justos, os cidadãos não devem viver uma vida de trabalho trivial ou de negócios - esses tipos de vida são desprezíveis e incompatíveis com as qualidades morais -, tampouco devem ser agricultores os aspirantes à cidadania, pois o lazer é indispensável ao desenvolvimento das qualidades morais e à prática das atividades políticas.

(Aristóteles, Política, p. 237,239-40.)

Os trabalhos mais valorizados eram aqueles realizados ao ar livre, como podemos ler em Xenofonte:

Os ofícios que chamamos artesanais são muito malvistas, e é compreensível que os tenhamos em má conta na cidade, pois os que deles se ocupam e a eles se dedicam tornam-se fisicamente arruinados, por serem obrigados a viver sentados e à sombra, às vezes tendo que passar todo o dia ao lado do fogo. Os corpos ficando assim enfraquecidos, as almas, por sua vez, tornam-se menos robustas. Além do mais, os ofícios artesanais não permitem a quem os pratica nenhum lazer; para que se ocupem dos amigos e da cidade; e os fazem, passar por maus amigos e medíocres defensores da pátria. E por isso que em certas cidades; notadamente a que tem reputação militar; é proibida aos cidadãos a prática dos ofícios de artesãos. [...]

Como é impossível aprender todos os ofícios e, de acordo com a decisão das cidades, consideramos desprezíveis os ofícios mecânicos que degradam o corpo e inutilizam a alma, a agricultura é a ocupação mais fácil de aprender e a de execução mais agradável. É uma atividade própria ao desenvolvimento da beleza e da força do corpo, e dá às almas inteira liberdade de se ocuparem dos amigos e da coisa pública. Parece-nos ainda que ela conduz à bravura, uma vez que os alimentos crescem fora da proteção dos muros. É esse gênero de vida que os Estados mais apreciam, pois estamos convencidos de que ele produz melhores cidadãos, os mais devotados à causa pública.

(Xenofonte, Econômico, IV; 1-10.).²⁷

10.10. O trabalho escravo: a solução para o ócio do cidadão

"Tanto para os reformadores de Atenas quanto para os fundadores de qualquer cidade, a inexistência do escravo era impensável. Todas as fontes consideram os escravos o mais necessário tipo de propriedade, o melhor; o mais dócil. Exerciam muitas atividades: podiam ser secretários ou escriturários, trabalhavam no campo, nas minas, no artesanato e no serviço doméstico. Provinham do comércio de escravos, freqüente entre povos vizinhos: trácios, sírios, ilírios, citas, lídios; ou, em alguns casos, eram prisioneiros de guerra.

A relação entre a população livre e a população não livre variava bastante. Em Corinto, por exemplo, em meados do século V a.C., havia 165 mil homens livres para 175 mil escravos; já na Ática, na mesma época, havia 135 mil homens livres e 100 mil escravos.

Apesar da valorização do ócio, nem tudo era feito por escravos: os cidadãos gregos eram agricultores, comerciantes, marinheiros e até mesmo artesãos.

No serviço doméstico, muitos trabalhos pesados eram realizados por mulheres escravas, sob a vigilância e orientação da senhora da casa, como esmagar e moer os grãos, cozinhar o pão, fiar; tecer, bordar. Alguns desses escravos participavam da vida familiar mais de perto, como as amas e os pedagogos, que tinham como obrigação conduzir as crianças às casas de seus professores.

No campo, eram poucos os escravos, ao contrário do que ocorria nas cidades, nas oficinas de artesãos. No ramo da construção, nas grandes fábricas de armas, na fiação de tecidos e nas sapatarias trabalhavam tanto homens livres quanto escravos, fazendo as mesmas tarefas e com a mesma remuneração, que no caso do escravo era paga ao proprietário que o havia alugado. Nessas atividades era raro encontrar mais de cem escravos. A maior parte deles se concentrava nas minas de prata e mármore, onde chegavam a mil.

A condição dos escravos não era igual em todas as cidades. Em Atenas, por exemplo, trabalhavam nas minas, onde eram vítimas de maus-tratos e submetidos a excesso de trabalho, embora houvesse leis que lhes conferiam proteção contra a brutalidade da polícia, das autoridades e dos próprios cidadãos. Em outras cidades gregas, o escravo estava exposto à violência dos cidadãos, que podiam injuriá-lo ou agredi-lo.

Em Esparta a situação era bem diferente, pois quase não existiam escravos provenientes do comércio, porém havia outra categoria de trabalho compulsório: a do hilita.

O hilita era uma exceção no mundo grego. Não era estrangeiro, descendia de uma população grega subjugada, que trabalhava em estado de servidão em terras que anteriormente haviam sido suas. Mantinha laços de solidariedade com relação à cidade, tinha direito a um tipo de propriedade, e a produção que excedia aquela que devia entregar a seus senhores lhe pertencia.

Essa categoria era tão numerosa que chegava a superar a população livre. Os hilitas participavam do exército, ainda que utilizassem apenas o equipamento leve: espada curta, punhal e adaga, como os jovens.

Apesar dessa proximidade, a relação entre os espartíatas e os hilitas era muito tensa e por vezes permeada de crueldade. Freqüentemente eram forçados a beber vinho puro em demasia, e levados aos banquetes para demonstrarem os efeitos da embriaguez aos adolescentes. A consequência dessa relação eram as revoltas, e para preveni4as os espartanos por vezes exterminavam alguns, traiçoeiramente".²⁸

10.11. História e Esportes

"Através do texto abaixo você terá a oportunidade de saber mais sobre os jogos que se realizavam na Grécia, com finalidade religiosa, especialmente os que aconteciam em Olímpia, e que inspiraram a criação das Olimpíadas modernas. Observe também a ilustração. O escultor Miron eternizou, na sua famosa escultura, o momento cio lançamento do disco pelo atleta."

Era rara a cidade que não organizava jogos em honra dos deuses, mas a atenção de toda a Grécia se voltava para os quatro festivais pan-helênicos: os Jogos Olímpicos em Olímpia, e os Jogos Píticos em Delfos, que se realizavam de quatro em quatro anos; os Jogos Nemeus, na Argólida, e os Jogos Ístmicos em Corinto, os quais tinham lugar de dois em dois anos. Os jogos eram predominantemente amadorísticos. As guerras eram interrompidas para que se realizassem os jogos...

Os mais importantes jogos pan-helénicos (que reuniam todos os gregos) eram as Olimpíadas, realizadas em Olímpia onde ainda existem as ruínas da palaestra, ou campo de treinamento. Olímpia não era apenas uma cidade, mas um agrupamento de templos e arenas nos campos. Vinha gente de todas as partes da Grécia e como não havia casas permanentes de hospedagem barracas eram armadas e dormia-se ao ar livre.

BOWRA, C. M. Grécia clássica. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, p 133-134.²⁹



O Discóbulo, do artista Míron. Na realidade, trata-se de uma cópia romana da obra do escultor grego. (Museu das Termas, Roma.)

10.12. História e Escultura

Por meio do texto abaixo e da ilustração que o acompanha, você poderá saber mais sobre a escultura grega.

A escultura atinge na Grécia um dos mais elevados padrões de harmonia plástica. Certamente você já aprendeu que uma das características peculiares do povo grego é seu grande apreço pelos valores espirituais unido á justa valorização da beleza e vigor físicos. Tais valores cultivados na vida cotidiana são o cerne da educação grega e marcam profundamente a sua arte sobretudo na escultura. Aqui, na medida em que as técnicas vão-se aperfeiçoando, criam um tipo ideal de beleza humana, um homem de proporções perfeitas. Este culto da beleza ideal ao invés de sacrificar contribui para realçar o naturalismo de suas estátuas Werner Jaeger um grande (senão o maior) conhecedor da cultura grega explica: 'Os artistas gregos logram representar o corpo humano, livre e descontraído, fundados, não na imitação de movimentos e atitudes individuais, escolhidas ao acaso, mas sim na intuição das leis que governam a estrutura, o equilíbrio e o movimento do corpo'. Assim é que, isoladas ou em grupo, as estátuas gregas primam pela harmonia, ritmo, movimento, proporção e elegância das formas.

DECKERS, Jan, VIEIRA, Ivone Luzia, MOURA, J. Adolfo. Educação Artística - Comunicação e percepção visual. Belo Horizonte: Lê, 1976, p. 70.³⁰



Estátua de Poseidon, em bronze, atribuída a Calamis, aproximadamente em 460 a. C. (Museu Arqueológico Nacional, Atenas)

10.13. História e Música

"Chico Buarque de Hollanda e Augusto Boal são os autores de uma música intitulada *Mulheres de Atenas*, que nos possibilita saber um pouco mais sobre a situação da mulher na Grécia Antiga, particularmente em uma de suas mais importantes cidades, Atenas.

Reproduzimos abaixo a letra dessa música, mas seria interessante que ela fosse ouvida em sala. A medida que estiver tendo, pense nas mudanças e permanências, ou seja, procure verificar o que mudou e se ainda hoje a situação das mulheres permanece a mesma."

Mulheres de Atenas

Mirem-se	no	exemplo	daquelas	mulheres	de	Atenas
Vivem	pros	seus	maridos,	orgulho	e	raça
Quando			amadas,	se		perfumam
Se	banham		com	leite,	se	arrumam
Suas						melenas
Quando		fustigadas,		não		choram,
Se		ajoelham,		pedem		imploram
Mais			duras			penas
Cadenas						
Mirem-se	no	exemplo	daquelas	mulheres	de	Atenas
Sofrem	por	seus	maridos,	poder	e	força
Quando			eles	embarcam,		soldados
Elas		tecem		longos		bordados
Mil						quarentenas
E	quando		eles	voltam		sedentos
Querem			arrancar			violentos
Carícias						plenas
Obscenas						
Mirem-se	no	exemplo	daquelas	mulheres	de	Atenas
Despem-se		pros		seus		maridos,
bravos		guerreiros		de		Atenas
Quando		eles	se	entopem	de	vinho
Costumam		buscar		o		carinho
de			outras			falenas
Mas	no	fim	da	noite,	aos	pedaços
Quase		sempre	voltam		pros	braços
De			suas			pequenas

Helenas
 Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
 Geram pros seus maridos
 os novos filhos de Atenas
 Elas não têm gosto ou vontade
 Nem defeito nem qualidade
 Têm medo apenas
 Não têm sonhos, só tem presságios
 O seu homem, mares, naufrágios
 Lindas sirenas
 Morenas
 Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
 Temem por seus maridos,
 heróis e amantes de
 Atenas
 As jovens viúvas marcadas
 e as gestantes abandonadas
 Não fazem cenas
 Vestem-se de negro se encolhem
 Se conformam e se recolhem
 As suas novenas,
 Serenas
 Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
 Secam por seus paridos, orgulho e raça de Atenas. ³¹

10.14. A Educação Espartana

O objetivo da educação espartana era a formação de bons soldados. Os estudos literários tinham pouca importância: os poemas de Homero, alguns cantos guerreiros, como os de Tirteu, algumas poesias de cunho moral constituíam suas bases. Ao contrário, os exercícios físicos desempenhavam um grande papel: corrida, salto, lançamento do disco e do dardo, que fortificavam o corpo, tornando-o mais ágil. A criança era acostumada a suportar as intempéries, a fome, o cansaço e a dor. Tanto no verão como no inverno, usavam as mesmas roupas leves, deitavam-se num catre feito de ramos, que elas próprias haviam colhido nas margens do Eurotas; recebiam alimentação muito frugal, que às vezes era suplementada com o produto dos furtos praticados com grande habilidade. Anualmente, o menino era chicoteado diante do altar de Ártemis Órthia. Esta cerimônia, que, primitivamente, tinha significado religioso e que, provavelmente, substituía antigos sacrifícios humanos, tornou-se um dos meios de habituar os meninos à dor física, e um verdadeiro concurso de resistência (agòn karterías).

A educação das meninas era semelhante à dos meninos. Com roupas exíguas, elas participavam dos mesmos exercícios físicos. O Estado pretendia torná-las robustas, capazes de procriar filhos vigorosos e sadios.

Augusto Jardé. *A Grécia antiga e a vida grega*, p. 209. ³²

10.15. Escravidão e Hilotismo na Grécia antiga

Neste texto a autora nos mostra as diferenças entre a servidão dos hilotas e a escravidão de Atenas:

Os hilotas são freqüentemente definidos como escravos. Na verdade, um conjunto de fatores permitem que eles sejam caracterizados mais como servos do que como escravos propriamente ditos. Habitavam as terras conquistadas pelos espartanos; eram todos da mesma origem e, uma vez subjugados, permaneciam juntos nos locais e jamais se afastavam. Nesse sentido, eram muito

diferentes dos escravos de Atenas, por exemplo, que vinham de muitas regiões do mundo bárbaro e grego. Os servos espartanos estavam presos à terra, não podiam se transferir, eram propriedade do Estado, e executavam as tarefas agrícolas nas terras repartidas entre os cidadãos quando da conquista.

(Maria Beatriz Florenzano, O mundo antigo: economia e sociedade. São Paulo: Brasiliense, 1982, Coleção Tudo é História).³³

10.16. Particularidades do escravismo ateniense

No texto o autor apresenta uma especificidade do escravismo ateniense.

O escravo grego - tido como bem móvel - não constituía uma categoria social desprovida totalmente de direitos. Na família senhorial, recebia um nome e era associado ao culto doméstico. (...) Mesmo como escravo, podia pleitear, representado pelo senhor, seus direitos na Justiça. E mais, ao amo era proibido, ao menos segundo a lei, injuriar gravemente, aleijar ou matar seu cativo. O escravo injustamente seviciado podia até mesmo procurar refúgio junto a templos específicos e pedir aos sacerdotes que se pronunciassem pela sua venda a um outro senhor. Em Atenas, o castigo físico "normal" dos cativos não podia exceder 50 chicotadas.

(Mário José Maestri Filho. O escravismo antigo. São Paulo/Campinas: Atual/Unicamp, 1986.)³⁴

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKER, Teresa Van. **Grécia A vida cotidiana na cidade-Estado.** São Paulo: Atual, 1994. p. 25 à 27

ACKER, Van Teresa. **Grécia A vida cotidiana na cidade-Estado.** São Paulo: Atual, 1994. p.32 à 34.

ACKER, Van Teresa. **Grécia A vida cotidiana na cidade-Estado.** São Paulo: Atual, 1994. p. 34 à 36.

AQUINO; DENIZE e OSCAR. **História das Sociedades.** 14^a ed. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1980. p. 171 a 172.

AQUINO; DENIZE e OSCAR. **História das Sociedades.** 14^a ed. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1980. p. 178 a 181.

AQUINO; DENIZE e OSCAR. **História das Sociedades.** 14^a ed. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1980. p. 62 à 67.

ARRUDA, José Jobson de A. e PILETTI, Nelson. **Toda a História. História Geral e História do Brasil.** São Paulo: Ática,1999. p. 41 e 42.

CÁCERES, Florival. **História Geral.** 4^a ed. São Paulo: Moderna, 1996. p. 67 à 69.

CAMPOS, Raymundo. **Estudos de História Antiga e Medieval.** São Paulo: Atual, 1988. p. 70 e 71.

CAMPOS, Raymundo. **Estudos de História Antiga e Medieval.** São Paulo: Atual, 1988. p. 65 à 70

- COTRIM, Gilberto. **História Global Brasil e Geral**. São Paulo: Saraiva, 1997. p. 53 e 54.
- FERREIRA, Olavo Leonel. **Visita à Grécia antiga**. Coleção Desafios. São Paulo: Moderna, 1999. p. 56 à 64.
- MELLO, Leonel Itaussu A. e COSTA, Luís César Amad. **História Antiga e Medieval da comunidade primitiva ao Estado Moderno**. São Paulo: Scipione, 1993. p. 117.
- MELLO, Leonel Itaussu A. e COSTA, Luís César Amad. **História Antiga e Medieval da comunidade primitiva ao Estado Moderno**. São Paulo: Scipione, 1993. p. 89.
- MELLO, Leonel Itaussu A. e COSTA, Luís César Amad. **História Antiga e Medieval da comunidade primitiva ao Estado Moderno**. São Paulo: Scipione, 1993, p. 98.
- MELLO, Leonel Itaussu A. e COSTA, Luís César Amad. **História Antiga e Medieval da comunidade primitiva ao Estado Moderno**. São Paulo: Scipione, 1993, p. 105.
- MOTA, Myriam Becho e BRAICK, Patrícia Ramos. **História das Cavernas ao Terceiro Milênio**. São Paulo: Moderna. p. 33.
- NADAI, Elza e NEVES, Joana. **História Geral antiga e medieval**. São Paulo: Saraiva. p. 110 à 111.
- PETTA, Nicolina Luiza de e OJEDA, Eduardo Aparicio Baez. **História: Uma abordagem integrada**. São Paulo: Moderna. p. 19 e 20.
- PETTA, Nicolina Luiza de e OJEDA, Eduardo Aparicio Baez. **História Uma abordagem integrada**. São Paulo: Moderna. p. 19 e 20.
- PILETTI, Nelson e PILETTI, Claudino. **História & Vida integrada**. São Paulo: Ática, 1999. p. 102.
- REDE, Marcelo. **A Grécia Antiga**. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 25 à 27.
- REDE, Marcelo. **A Grécia Antiga**. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 22 e 23.
- REDE, Marcelo. **A Grécia Antiga**. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 23 e 24.
- REDE, Marcelo. **A Grécia Antiga**. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 32 e 33.
- REDE, Marcelo. **A Grécia Antiga**. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 33, 34.
- REDE, Marcelo. **A Grécia Antiga**. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 37 à 39.
- Ricardo, Adhemar e Flávio. **História & Companhia**. São Paulo: Lê, 1998, p. 116.
- Ricardo, Adhemar e Flávio. **História & Companhia**. São Paulo: Lê, 1998, p. 117.
- Ricardo, Adhemar e Flávio. **História & Companhia**. São Paulo: Lê, 1998, p. 118.
- SILVA, Francisco de Assis. História do Homem. **Abordagem integrada da História Geral e do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1998, p.110.

SILVA, Francisco de Assis. História do Homem. **Abordagem integrada da História Geral e do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1998, p.110.

VICENTINO, Cláudio. **História Geral**. São Paulo: Scipione, 1997, p. 71 e 72.

